



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2014

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 9h30 horas

PRESENÇAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, em representação da Câmara Municipal, e os Srs. Vereadores Francisco José de Matos, Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Adriano de Lima Gouveia Azevedo e Alda Catarina Sequeira Rodrigues.

LOCAL: Sede da Junta de Freguesia de Serrazes.

FALTAS: Violeta Sofia Pereira Martins (PS) e Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD) por motivos profissionais, e Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD) por motivos de saúde.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Período antes da Ordem do Dia.

2 - Período de Intervenção do Público.

3 - Assuntos da Ordem do Dia:

- 3.1 - Análise da Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;
- 3.2 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Documentos Previsionais para o ano de 2015”;
- 3.3 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para o ano de 2015 (Proposta de 0,25%)”;
- 3.4 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Sistema de Indústria Responsável”;
- 3.5 – Análise do “Relatório de Acompanhamento do PAEL respeitante ao 3.º trimestre de 2014”;
- 3.6 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Normas do Banco Local de Voluntariado”;
- 3.7 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração às Normas de Utilização das Viaturas ao serviço da Educação, Cultura e Desporto”;
- 3.8 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Delimitação Territorial da Estância Termal”;
- 3.9 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração ao Regulamento de Taxas Municipais”;
- 3.10 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “1.ª Revisão Orçamental do ano de 2014”;
- 3.11 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Contratação de Empréstimo a Curto Prazo no montante máximo de 650 mil euros”;
- 3.12 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Transição da Gestão do Serviço de Águas de Consumo Humano, das freguesias para o Município”;
- 3.13 – Eleição de presidente de junta de freguesia e seu suplente para participação no “XXII Congresso da ANMP”.

Correspondência recebida:

Da Câmara Municipal:

- Ofício nº 10196 datado de 03.10.2014 referente a “Preparação dos Documentos Previsionais para 2015”;
- Ofício nº 13109 datado de 10.12.2014 referente a “Sessão Ordinária do mês de dezembro”;
- Ofício n.º 13320 datado de 18.12.2014 referente a “Sessão Ordinária do mês de dezembro”.

Publicações:



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- “Ecos da Gravia” referentes aos meses de setembro, outubro e novembro de 2014;
- Jornal “Voz das Misericórdias” referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 2014;
- Jornal do STAL referente ao mês de outubro de 2014;
- Jornal “Associação” referente ao mês de novembro de 2014.

Ofícios:

- Da Assembleia Distrital de Viseu, datado de 20.10.2014, referente a “Convocatória para Ato de Instalação”
- Da Assembleia Distrital de Viseu, datado de 28.10.2014, referente a “Convocatória para reunião extraordinária”;
- Da Inloco, datado de 06.11.2014, referente a “Seminário Empoderar comunidades, desenvolver regiões – Viseu Dão Lafões na Europa”;
- Da Cyber Digital Business, datado de 25.11.2014, referente a “Impulso Empreendedor”;
- Da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, datado de 05.12.2014, referente a “Plano de Atividades e Orçamento do exercício económico de 2015”.

Mails:

- Do Grupo Parlamentar Os Verdes, datado de 09.10.2014, referente a “Horário de atendimento no Centro de Saúde de Oliveira de Frades”
- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 16.10.2014, referente a “Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural”;
- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 21.10.2014, referente a “Síntese da Conferência sobre a organização territorial do Estado e a Democracia de Proximidade”;
- Do Grupo Parlamentar Os Verdes, datado de 28.10.2014, referente a “Contratos de Emprego Inserção nas Escolas Públicas”
- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 11.11.2014, referente a “Seminário sobre Poder Local e o Setor Solidário”;
- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 24.11.2014, referente a “Resolução do Conselho Geral da ANMP”;
- Da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, datado de 17.12.2014, referente a “XXII Congresso da ANMP”.

Convites:

- Da Termalistur para “Termas com fado”;
- Da Binaural Nodar para “Dez anos depois, nas montanhas”;
- Do Centro Social da Paróquia de Manhouce para comemoração do 1.º aniversário da instituição.

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE SETEMBRO DE 2014:-----**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da sessão referida em epígrafe, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto da mesma haver sido distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do Período Antes da Ordem do Dia, para discussão de assuntos de interesse local, e solicitou um minuto de silêncio pelo falecimento do artista plástico Sampedrense David de Almeida, com obras em espaços públicos na região e internacionalmente. De seguida verificaram-se as seguintes intervenções: A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) apresentou um voto de pesar: “O PSD gostaria de invocar a memória de dois sampedrenses ilustres que nos deixaram recentemente. Um, David de Almeida, artista de renome internacional, que projetou a sua terra no mundo, pois em todo o lado se assumia como sampedrense. Mestre da gravura e da serigrafia, discreto, fino no trato, apreciado e premiado no mundo, nunca viu o seu trabalho devidamente reconhecido na terra que o viu nascer, Apesar de aqui ficar perpetuado com os seus murais da Escola Básica e da Escola Secundária e com o seu trabalho da fonte Termal junto ao Balneário Dona Amélia. A doença retirou-o do nosso convívio precocemente mas a sua obra e o seu nome libertá-lo-ão, sem dúvida, da lei da morte, deixando uma marca indelével nas artes gráficas na lista dos sampedrenses ilustres. O outro sampedrense que aqui pretendemos invocar distinguiu-se de outro modo pela palavra e pela simpatia. Falta José Borges da Silva, figura sobejamente conhecida de todos nós que, quis o acaso que um dia deixasse Lisboa, encantado pela atividade política, tendo assumido funções de vereador na CM deste concelho. Amante da leitura e da boa conversa, tinha uma cultura acima da média, que lhe servia de base às argumentações que populavam a sua mesa de café. Gostava também de música, a par do jornalismo, atividade em que se envolveu durante algum tempo pois desempenhou funções de chefe de redação da Gazeta da Beira. Duas personalidades distintas. Um, mestre da gravura e o outro mestre da palavra, unidos pelo nascimento em S. Pedro do Sul e desaparecidos no mesmo ano. A uni-los também, o seu amor à sua terra natal. Por tudo isto e pelo que foram, invocamos hoje a sua memória como manifestação do nosso pesar que transmitimos às suas distintas famílias e que materializemos num minuto de silêncio que propomos a par deste voto de pesar.” O Deputado Municipal António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS) deu as boas-vindas aos membros da Assembleia Municipal à sua terra que muito honra Serrazes. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) fez a seguinte intervenção: “A questão que eu trago é simples mas ao mesmo tempo importante e que tem a ver com a situação da rede de saneamento básico concelho. O PS apresentou às eleições autárquicas de há um ano, com um programa eleitoral que à página 2 firmava os seguintes compromissos: Ponto 1 – fazer um levantamento exaustivo e imediato, por freguesia e por localidade, da rede de saneamento público instalada, da rede efetivamente ligada e das estações de tratamento existentes, para assim, de forma progressiva, desenvolver soluções de tratamento eficazes e distribuídas localidade a localidade; Ponto 2 – referia-se à requalificação da ETAR existente na Quinta do Valgode. Que encontrou o atual Executivo quando assumiu os destinos do concelho? Encontrou um concelho vazio de infraestruturas e cheio de problemas. Hoje, apraz-me trazer aqui este



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assunto porque, volvido apenas um ano, a CM já tem soluções para alguns desses gravíssimos problemas. A 1ª fase da rede em Fermontelos/Figueiredo de Alva, construída em meados da década de 90, há cerca de 20 anos e que custou à CM 20 mil contos, hoje 110.000€ aproximadamente, finalmente vai ter uma fossa onde depositar as escorrências das ligações que os residentes vão poder fazer. Se a CM adquiriu terreno em Fermontelos para tal fim, também comprou para o mesmo efeito, em Goja/Lourosa da Trapa (Santa Cruz da Trapa), Outeiro de Serrazes e Serrazes, para esta freguesia haverá duas infraestruturas deste género. Porque se esperou tanto tempo? O mesmo com a ETAR intermunicipal na Quinta do Valgode? Porque só agora há comissão e dinheiro para substituir a existente que é um poço de problemas quando houve já dinheiro para financiar a obra?” A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção: “Recentemente o executivo tornou público que tinha completado os projetos de pormenor relativos às ruínas do Balneário Romano das Termas de S. Pedro do Sul. Dado que o IGESPAR denunciou em 2010 protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e o então IPPAR, protocolo esse que tinha sido celebrado em 2006, relativamente à recuperação deste monumento com a alegação de que o estado, enquanto proprietário do trespasse, não tinha assinado o protocolo, o processo ficou suspenso desde então até ao anúncio do atual executivo. Assim, gostaria de colocar as seguintes questões ao senhor Presidente da Câmara: Já foi resolvida a titularidade do monumento e que era um constrangimento ao avanço da recuperação? Por que motivo avançou o executivo com o projeto de pormenor? Houve alguma vez luz verde por parte da Direção Regional da Cultura do Centro a este respeito? No inventário, apresentado pela Secretaria de Estado da Cultura, as Termas Romanas de S. Pedro do Sul aparecem classificadas como património em risco em primeira prioridade, com uma estimativa de custos de 2.500.000€ para a sua recuperação. Tem isto alguma coisa a ver com a decisão da CM de proceder à elaboração dos projetos de pormenor? Qual o custo desses projetos? Gostaria de saber o motivo pelo qual a CM não respondeu ao pedido de informação enviado pela Assembleia da República sobre o estado de conservação dos bens imóveis do património cultural da responsabilidade do Município que foi enviada em março do corrente ano.” O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) fez a seguinte intervenção: “Queria colocar ao senhor Presidente da Câmara as seguintes questões: relativamente a uma matéria que me constou sobre a possibilidade da deslocação da sede ou do armazém de uma empresa de produtos tradicionais e agrícolas da nossa terra, nomeadamente das culturas aromáticas do Sr. Vasco em Vila Maior e Pinho e que, segundo consta, vai deslocar a empresa para o sul, com a perda de cerca de 30 postos de trabalho, por uma questão apenas e tão só, resumido, pela necessidade de melhoria dos acessos à sua propriedade/armazém? Se isto é verdade, gostaria que fosse esclarecido. A segunda questão prende-se também com os produtos tradicionais, nomeadamente a comercialização de determinados produtos feitos no mercado tradicional que, semanal/quinzenal/mensalmente é feito, com o impacto que bem conhecemos e gostaríamos de ver melhorado. O Grupo Parlamentar do PSD apresentou a seguinte **Moção** que aqui se transcreve: “É notória a fragilidade dos consumidores relativamente à qualidade dos produtos alimentares consumidos no dia-a-dia e o executivo também tem demonstrado essa preocupação. Apresentou uma proposta na Assembleia em 30 de junho do corrente ano sobre a Regulamentação do Mercado de Agricultura Tradicional, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, para satisfação de todos. Neste contexto e porque importa salvaguardar a saúde



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pública dos nossos consumidores que preferencialmente adquirem no mercado tradicional produtos vegetais, dando-se por certo que ainda muito se pode melhorar. Do que consta da Lei 26/2013, de 11 de abril, que regula a atividade de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos, diz o art. 18, nº 1 que, a partir de 26 de novembro de 2015, é obrigatório o aplicador de produtos fitofarmacêuticos dispor de habilitações comprovadas por certificar do aproveitamento para o efeito. Assim, proponho que sejam contactados todos os produtores/vendedores que comercializam no mercado tradicional produtos vegetais para obter destes a prova em como já estão habilitados como aplicadores de produtos fito fármacos. Que os produtores que ainda não possuírem tal “especificação” deverão requerer na Direção Regional de Agricultura, a formação específica para o efeito por fim, aparte da iniciativa de cada produtor que os serviços da Câmara, a quem foi dada competência sobre a regulamentação do mercado de agricultura tradicional, avalie este tipo de formação e, em articulação com estas, poderem formar estes agricultores.” O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção à consideração, tendo sido aprovada por **unanimidade**, e tendo o Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço feito a seguinte intervenção: “No que toca ao mercado tradicional, aprovámos o Regulamento e temos prevista uma reunião no dia 30 com todas as pessoas que comercializem naquele mercado para fazermos uma pequena avaliação do período que decorreu desde que o Regulamento entrou em vigor e para que seja efetivamente aplicável e todas as observações mencionadas irão ser acauteladas, os próprios comerciantes que estão no mercado irão ser elucidados e para tal, contamos com o apoio do CLDS, que tem como base de trabalho o desenvolvimento rural e local e, ao ser nosso parceiro nestas iniciativas, mormente neste tipo de formações. Assim, este documento não vem acrescentar nada que não esteja já a ser feito, mas se quiserem ainda assim aprovar.” O Deputado Municipal João Carlos de Oliveira Matias (PS) questionou o executivo se o Projeto da Estrada de Negrelos era para efetivar. O Deputado Municipal António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS) questionou o executivo sobre a situação da motoniveladora, uma vez que o inverno foi muito pesado tendo os estradões ficado em péssimo estado. Reconheceu o apoio que a Câmara tem dado em situações urgentes. O Deputado Municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) fez a seguinte intervenção: “A fazer fé na informação da Divisão de Obras Municipais (pág. 4), sobre colocação e vedação em rede em muro em Aldeia de Sul, pergunto se o Município já evidenciou alguma queixa junto das autoridades de segurança, porque se lá foi colocada alguma rede, ela desapareceu. A segunda questão prende-se com a recolha do lixo na povoação do Trigoal. Tenho sido abordado por um morador daquela localidade, já por diversas vezes, que tem alertado que, naquela povoação, a recolha do lixo não é feita com a regularidade semanal, como na maior parte das povoações. A maior parte das vezes a recolha é feita mensal e o pagamento que fazem é igual aos outros municípios do concelho. Querendo tratamento igual ou a isenção do serviço, esta situação já foi informada ao Município e até agora continua na mesma. Já foi tomada alguma atitude junto da empresa? Regularizar a recolha ou isentar os moradores?” O Deputado Municipal José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS) fez a seguinte intervenção: “Queria felicitar o atual executivo pelo trabalho desenvolvido ao longo destes 14 meses de mandato, trabalho esse que se tem notado pelo esforço em tornar o nosso Município credível e com um futuro mais promissor. Um trabalho que está a ser feito de uma forma muito honesta e

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

empenhada mas que se tem revelado não ser uma tarefa fácil devido às constantes notícias de novos processos e condenações em Tribunal que envolvem avultadas quantias de dinheiro em indemnizações e que estão relacionadas com erros cometidos no passado. Até ao momento tem sido, para mim, uma experiência boa, este novo cargo de deputado municipal, onde tenho aprendido com colegas das bancada e da oposição e mantido uma relação cordial e respeitosa. O meu objetivo é defender os interesses da minha freguesia e Pinho é uma das freguesias mais carenciadas aos mais variados níveis. Temos sido colocados de parte e esquecidos ao longo dos anos e só em ano de eleições é que se efetuam obras à pressa, sem qualquer projeto ou estudo prévio e alguns casos ficam por concluir. S. Pedro do Sul não é só a cidade e as Termas. A minha primeira pergunta ao senhor Presidente da Câmara é relacionada com as Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2015. Nas rubricas relacionadas com a requalificação da EM 564 à EN 228, mais conhecida pela estrada de Pinho, a requalificação da EM 564 ao caminho Municipal 1273 Sobral, estrada que liga Pinho à povoação do Sobral e à qual o Município chama, e muito bem, de caminho, porque realmente mais parece um caminho do que uma estrada, atendendo às características da mesma e também à ligação da Torre de Vila Maior à estrada de Pinho e que aqui não sei se está a referir-se à estrada que liga Pinho ao Souto do Ufo de Vila Maior e, esta sim, é uma estrada com muito movimento e que está também completamente degradada. São obras em que apenas neste caso, a última, tem financiamento deferido, poisas outras duas estão em financiamento não deferido. Mas o deferimento é só relativo a metade do valor do investimento, sendo que o resto será só para 2016. São obras para avançar já em 2015 ou estão dependentes de outros financiamentos? E no caso da ligação da EM 564 à EN 228, se é para levar até Pinho ou se limita só parte da freguesia de S. Pedro do Sul, pois, neste caso, na União das freguesias, já se encontram estacas de marcação. Em relação ao PDM, há poucos terrenos para construção em Pinho, por na maior parte deles terem uma classificação completamente desenquadrada da realidade. A segunda questão está relacionada com o Pólo Industrial de Pindelo dos Milagres, devido à proximidade com Pinho, é um assunto que me interessa particularmente devido à possibilidade de criação de novos postos de trabalho tão importantes nos dias de hoje.” O Deputado Municipal José Luís Gaspar Campos (PSD) fez a seguinte intervenção: “O que me traz aqui é acerca da sinistralidade verificada na EM 227. Todas as vias estão sujeitas a um conjunto de sinistros, a velocidade cada vez é maior, de qualquer maneira há dois pontos a referenciar. Um é da Rotunda de S. Mamede até à linha de água e há que pôr cobro a esta situação. Tem que passar por uma avaliação técnica de forma a evitar tanta sinistralidade. Outra questão é acerca da segurança da estabilidade das pontes que possivelmente não têm sido vistas nos últimos tempos. Quando foi o acidente da ponte de Ribeiro, todas essas pontes foram vistas e analisadas pelos Serviços Técnicos da Câmara, em termos de estabilidade. Duas tiveram uma intervenção de fundo, a do Penedo e a de Nodar. De referenciar duas que estavam em mau estado e parece-me que não foram intervencionadas: a ponte de Janarde que apresentava fissuras e a do Dianteiro. Apelava ao Sr. Presidente para avaliar e possivelmente intervencionar essas pontes porque na ponte de Janarde esteve condicionado o trânsito para pesados e não faço ideia se foi sujeita a alguma intervenção. Esse trabalho será de todo importante para a segurança das pessoas.” O Deputado Municipal Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS) fez a seguinte intervenção: “Queria aqui dar conta de uma nova forma de fazer política no nosso concelho, de proximidade e valorização das



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

peças, essencialmente do trabalho que é feito pelas diversas instituições. Exemplo disso a visita do senhor Presidente da CM e da Vereadora Dr.^a Teresa Sobrinho às diversas IPSS's que prestam cuidados à terceira idade. Outro exemplo, a visita do senhor Presidente aos sampedrenses internados no Hospital S. Teotónio. Folclore político dirão uns, aproveitamento das pessoas de forma a tirar proveito para a imagem do executivo, poderão dizer outros. Lanço o desafio de perguntarem a essas pessoas a importância que essa visita teve para eles. Os meus parabéns pelas iniciativas. Mas não é só isto que me traz aqui. Mais uma iniciativa, já elogiada por um Vereador da oposição que merece destaque, a visita do executivo a diversas empresas do nosso concelho, no sentido de ouvir as suas propostas e de os alertar para as possibilidades do próximo Quadro Comunitário que irá abrir. Gostava de solicitar ao executivo informação sobre o ponto de situação do Parque Empresarial, há muito falado, para o nosso concelho." O Deputado Municipal José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) questionou o executivo sobre a situação da Termalstur no fim do ano. O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) fez a seguinte intervenção: "A minha intervenção aqui tem duas situações, uma a ver com o saneamento de São Félix, do qual sempre fui a favor, como prioridade. Quando o deputado Rui Costa fazia parte desta Assembleia, fez várias propostas e eu próprio, enquanto Presidente da Junta de Freguesia, votava favoravelmente a questão do saneamento. Ainda no mandato anterior foram colocados mais de 3 Km de água ao domicílio. Em relação a este mandato, tive uma reunião com o senhor Presidente da Câmara e com o senhor Vereador responsável por essa matéria, Dr. Matos e alguma população e, nessa reunião, ficou comprometido que a Junta de Freguesia de São Félix ia comprar o terreno para fazer as fossas e a Câmara Municipal fazia o saneamento. Hoje oiço aqui que a Câmara, em várias freguesias, assumiu o compromisso de comprar os terrenos, nós assumimos que iríamos comprar o terreno na freguesia de São Félix. Posso-vos dizer que já foi aprovado em Assembleia de Freguesia o valor para comprar o terreno para que as fossas se façam na freguesia e tenha saneamento. Gostava que o senhor Presidente e Vereador assumissem aqui perante vós que essa obra vai ser feita porque é essa a grande expectativa da população da freguesia de São Félix. 2ª questão: A Câmara Municipal vai organizar a Passagem de Ano através de uma Associação que está inativa há muitos anos. Gostaria que a Sr.^a Vereadora me informasse que cargo tem a pessoa que assinou o requerimento para fazer a Passagem de Ano?" O Deputado Municipal José Baltazar Cardoso Correia (PS) questionou o executivo sobre as ruínas do Balneário Romano e sobre o estado atual do terreno localizado no Largo da Feira que terá sido permutado pelo anterior executivo com um terreno de um particular com o compromisso de ali serem realizadas as infra estruturas. O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) questionou o executivo sobre o facto de terem remetido para investigação a indemnização das bombas de gasolina, julgando ali haver procedimentos menos corretos. Perguntou se esta decisão foi feita com base no gabinete jurídico da Câmara e porque foi feita uma vez que não é o único pedido de indemnização que chegou à Câmara Municipal. A Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD) fez a seguinte intervenção: "No seguimento da minha proposta estratégica e de intervenção para a revitalização patrimonial e socioeconómica do nosso Centro Histórico, realizada na última Assembleia Municipal de 29 de setembro em Santa Cruz da Trapa e tendo em conta uma estratégia em que se pretende envolver os cidadãos, que fosse



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

participativa, uma vez que continuo a considerar que a participação de todos é o fomento de uma mudança positiva. Venho congratular o executivo pela iniciativa de animação que teve início a 20 de dezembro e que se deve realizar mais e melhor sem qualquer investimento adicional, desenvolvendo ações simples mas expeditas a pensar no aumento da dinamização da população local, envolvendo comerciantes, empresários, associações e população. Para um maior processo das ações continuo a sugerir a realização de sessões participativas e onde saíam algumas ideias das quais se fala nas ruas do concelho. Passo a enumerar: concurso de cabazes de Natal, promovido pelos comerciantes, concurso da melhor montra natalícia, melhor enfeite de natal. Ativação das luzes de Natal a 1 de dezembro e não nas vésperas, para melhor receber quem nos visita, maior dinamização e com os mesmos custos para o erário público. Envolvimento das Associações locais e todos os elementos que queiram participar, envolver a comunidade. Há muito que se pode fazer nas próximas iniciativas e podemos melhorar. Sr. Presidente continuo a aguardar que sejam realizadas as sessões participativas que foram aprovadas em AM de 29 de setembro em Santa Cruz da Trapa. Este executivo pode fazer um trabalho brilhante envolvendo a comunidade. Tem potencial e tem um grupo de trabalho na Câmara extraordinário, nomeadamente o grupo de cultura.” O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) interveio registando a ausência dos vereadores da oposição na sessão da Assembleia Municipal. afirmou que a Juventude Socialista promoveu uma conferência sobre o emprego jovem para a qual foram convidados todos os Presidentes de Junta, não tendo sido recebida nenhuma resposta. Relativamente à questão do saneamento é impossível pedir milagres ao executivo que está em funções há um ano e poucos meses, até porque o prof. Adriano Azevedo afirmou que o concelho estava coberto por saneamento básico na sua totalidade. O Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS) referiu os três artigos de opinião escritos pelo Deputado Mário Almeida, afirmando que as questões/dúvidas elencadas nesses artigos deveriam ser expostas na Assembleia Municipal, local de eleição para o efeito. O Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) fez a seguinte intervenção que a seguir se transcreve: “O Presidente da Câmara Municipal foi a banhos a Villeneuve-Le-Roi (...) ter trocado a sua presença numa Assembleia Municipal (...)” Estamos estupefactos! A sessão da A.M. realizou-se normalmente pois, na ausência do Presidente da C.M., este é representado pelo seu Vice. Não estavam habituados a ver a presença do Vice nas A. M... E têm a memória curta. É que, nos anos oitenta, duas sessões da A. M. não se realizaram - a última em Nov./Dez. de 1989 - período da campanha eleitoral, devido à falta de comparência dos elementos da C.M e da AM do PSD. No dia da sua convocação, estavam os membros do PS, CDS e CDU/APU no Salão Nobre e os do PSD reuniram-se em caravana e mandaram às urtigas a Assembleia Municipal. Isto sim, é que foram comportamentos que revelaram desconsideração pelos sampedrenses que os elegeram. Alguém do PSD referiu que faltava planeamento a este executivo. Planeamento é o termo que nunca foi seguido nos 13 anos de gestão do PSD. Ora, senão vejamos: Ao longo desses mandatos, alguém viu um programa elaborado pelo PSD? Pelo contrário, as obras eram avulsas, pensadas em cima do joelho, sem fio condutor - eram realizadas nas proximidades das eleições e algumas até decorreram na noite da sexta-feira anterior. Exemplos: - “Bela” variante – Av. da Ponte – “Entre Pontes” - saída para Viseu – Isto é que planeamento? A parte central, com mais trânsito, apenas tem duas faixas!- Ainda se lembram da placa na ponte do Vouga a anunciar o alargamento para passeio pedonal?-

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E a famigerada novela da venda dos balneários? Porque é que a sua reconstrução não foi objeto de candidatura a um programa no sentido de obter a devida comparticipação? - Porque é que a elaboração dos projetos do novo cemitério e do estádio municipal foram entregues a gabinetes particulares? Por falta de técnicos da C. M.? Exemplos em Vila Maior: Vila Maior dispõe de cerca 3500 m de condutas de saneamento. Só que ainda não estão ligadas a qualquer ETAR! Ligação Torre/Estufas, V. Maior - Decorrente da candidatura que apresentou, como caminho rural, em 2008, com o projeto n.º 2009300011542 - Procentro - Medida Agris - Subação 6.1 - Caminhos Rurais, (financiada a 75%) e apesar de aprovada em 25/05/2009, a Câmara Municipal não executou a obra. Porquê? No Verão de 2009, - véspera das eleições - sob ordens da C.M., a empresa PaviAzemeis preparou a estrada desde Goja a Doide - limpeza das bermas e do pavimento - para ser repavimentada. De um momento para o outro, abandonaram a obra. Só passados dois anos, é que a C. M. repavimentou apenas de Goja à Igreja. A parte restante ainda se encontra por repavimentar. Resultados do planeamento do anterior executivo: - Uma grande parte da rede viária encontra-se danificada.- Um parque de viaturas em média com mais de 15 anos.- Saneamento praticamente inexistente ou obsoleto.- Uma dívida de 26 milhões de euros.- Juros anuais à volta de 500 mil euros. Planeamento existe agora: elaboração de vários projetos, aquisição de terrenos para ETARs, racionalização de instalações, redução de custos, aproveitamento de financiamentos para obras, etc. Congratulamo-nos com a gestão responsável e consequente redução da dívida. É que consideramos que o dinheiro do Povo é sagrado e que temos que o tratar como tal. Para terminar, saber gerir é racionalizar custos e nunca hipotecar o futuro.” O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “Se fôssemos uma Câmara que não tivesse herdado 26 milhões de euros de dívidas e se tivéssemos dinheiro a prazo como muitos concelhos à volta, muitas das pretensões aqui solicitadas seriam resolvidas a muito curto prazo. Passo a responder individualmente a todas as pessoas que colocaram as questões. Em relação ao deputado Ferreira Gomes e do saneamento no concelho, nós temos uma ETAR, a única que possuímos, em Valgode, que está completamente obsoleta. Foi construída por uma empresa que já não existe, entrou numa situação de falência. Todas as peças que é necessário retificar, são feitas manualmente e já não existem peças para aquela ETAR. Há necessidade urgente da construção de uma nova ETAR. Além disso, faz descargas ilegais para o rio Vouga, o que é crime ambiental e preocupamo-nos com o meio ambiente. Em Oliveira de Sul também não funciona, descarrega diversas vezes diretamente para o rio. O senhor Presidente da JF São Félix falou que o anterior executivo tinha feito 3 km de saneamento e não é verdade. O que foi colocado foi tubagem para saneamento, deixaram as estradas todas esburacadas, o que originou que as pessoas viessem à Câmara reclamar que essas estradas estavam completamente em lama e destruídas para colocar essa mesma tubagem. No que diz respeito às outras povoações/freguesias existe diversa tubagem colocada, em Fermontelos há mais de 17 anos, em Lourosa existe há mais de 14, 15, 16 anos, no Covelo há mais de 12 anos mas a verdade é que tubagem não é saneamento. É isto que neste momento nós estamos a inverter. No próximo ano queremos dar início, finalmente, à resolução de alguns dos casos. Para isso é necessário adquirir terrenos que não existem. Iremos adquirir já em janeiro, terrenos em Fermontelos, Covelo, Sendas, Lourosa, Mosteirinho, vamos requalificar a ETAR de Sobral (Pinho) a do Bouço (Santa Cruz da Trapa) e, com a ajuda da Junta de Freguesia de Serrazes e São Félix, adquirir mais terrenos. Senhor Presidente da Junta de São Félix, nós queremos concretizar mas não me peça

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

para assumir coisas que poderão não se concretizar. Pode não ser em 2015 porque o novo Quadro Comunitário de Apoio ainda não abriu, o Governo tem isso atrasado. Implica que os nossos técnicos trabalhem a 100% nisso e já estão a fazê-lo. Ao nível de saneamento no nosso concelho nós não temos praticamente nada. Desde já vos alerto, hoje às 16 horas vai ser apresentado o estudo para a construção da nova ETAR Intermunicipal para os concelhos de S. Pedro do Sul e Vouzela, que irá ser construída em conjunto. Para isso, também irá haver financiamento. O Estado português, por achar que a situação em S. Pedro do Sul é tão má, quase que nos oferece o dinheiro para fazermos as obras e temos de aproveitar. Para isso temos de ter os tais fundos disponíveis. Será financiado na ordem dos 80– 85% mas nós teremos de ter os tais fundos disponíveis. Os senhores Vereadores da oposição, como disseram na última reunião de Câmara, já andam preocupados que andamos a gastar demais dos fundos disponíveis que não temos. Se temos que arranjar os 15% para a questão do saneamento, não sabemos que temos condições para isso. A Câmara não pode gastar dinheiro que não tenha neste momento em caixa ou possibilidade de o receber no prazo de 3 meses e a Câmara não consegue atingir esta situação, derivado, em parte, aos muitos funcionários que tem, pois gasta mais de duzentos mil euros por mês, o que podia ser dirigido para obras. Respondendo à senhora deputada municipal Ester, no que respeita à questão do Balneário Romano, deixava depois para o Dr. Matos para lhe responder concretamente às perguntas que colocou mas, queria dizer-lhe e, no seguimento daquilo que disse na última reunião de Santa Cruz da Trapa, na qual não estive presente, indiretamente atinge onde quer atingir com palavras doces e meigas, consegue chegar ao ponto que quer mas eu vou-lhe responder. A senhora falou “uma fuga clara ao debate e às suas responsabilidades”. Tive o cuidado de anotar, fui ver a gravação e ouvir aquilo que a senhora disse. Como pode calcular, eu não tenho medo nem nunca tive medo. Se tivesse medo tinha ficado em casa e nunca me tinha candidatado à Câmara Municipal e sabe que eu não tenho medo. Em face disso eu já passei por muitas eleições, já fui candidato à CM por quatro vezes. Ganhei quatro vezes a Junta de Freguesia, já fui candidato à Misericórdia e outras Associações e, como sabe, nunca tive medo e desde já lhe lanço o repto senhora deputada, se algum dia quiser ser candidata contra mim, seja em que órgão for, esteja à vontade que eu não tenho medo. Hoje a senhora falou do passeio a França. A senhora enquanto deputada da Nação também já fez os ditos passeios em representação parlamentar. Eu não fui fazer um passeio a França, eu fui representar o Município, com custas minhas, pago por mim e é bom que se diga, ao contrário dos deputados da Nação, que vão à conta do Estado, eu fui à minha conta a França representar o Município e em boa hora fui. Ainda ontem estive em Manhouce onde estavam imigrantes de Manhouce que estavam nessa cidade onde eu estive e me acolheram muito bem. Depois a senhora também falou no regresso antecipado e é claro que não pode haver regressos antecipados. Se nós no domingo à noite ainda estávamos em reuniões na Câmara francesa, não pode haver regressos antecipados e posso dizer que nós estávamos na segunda feira, por volta da hora do almoço, no aeroporto e saímos do Hotel por volta das 8 horas, demoramos toda a manhã, de forma que aqui não há regressos antecipados. Para haver um regresso antecipado nós não conseguíamos cumprir em França aquilo que tínhamos planeado. Depois, a falta de planificação, o Prof. Mouro acho que já respondeu à questão da falta de planificação. Depois, em relação aos produtos termais, senhora deputada, queria dizer o seguinte: a senhora falou em momento triste, em pedidos de desculpa, produtos que já existiam, injustiças que cometeu,

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

continuo a dizer-lhe senhora deputada, não existiam produtos dermocosméticos, só existiram connosco. Fomos nós que demos o impacto para que eles existissem. Já havia realmente estudos, havia fórmulas químicas e a prova disso é que não constam nos relatórios financeiros, senhor deputado municipal, era bom que estivesse calado, quando o senhor falou toda a gente esteve calado. Isso é uma coisa muito bonita e aprende-se no berço, de forma que, mais uma vez lhe digo, não existiam os produtos dermocosméticos, nem sequer constavam nos balanços financeiros da Termalitur. Não tenho que pedir desculpa a ninguém porque estou muito à vontade, os produtos de dermocosmética existiram connosco. Em relação aquilo que disse o deputado Lopes Ribeiro, falou na estrada para o senhor Vasco, para as estufas, para a deslocação da empresa, em parte o Prof. Mouro já lhe respondeu, houve possibilidades no passado da Câmara o fazer, que tinha comparticipação para pagar aquela obra na ordem dos 75 a 80% e não o fez. Também lhe digo mais senhora deputada, é que por acaso a Câmara já está a pensar a obra. Em princípio estará mais ou menos pensada a adjudicação dela, estamos a pensar alcatroá-la. Se anda preocupada com o senhor Vasco pare, se anda preocupado com isso, mas também já podia ter pensado nisso há mais tempo senhor deputado municipal. É que a empresa não existe há um ano, a empresa já existe há muitos anos e na altura não havia o problema dos fundos disponíveis, podiam ter feito e não o fizeram. Agora, em relação ao deputado Matias, sobre a questão de Negrelos, se era para efetivar ou não. A questão da estrada de Negrelos, como outra qualquer, depende sempre da questão de haver fundos disponíveis. Nós tencionamos fazê-la, tencionamos candidata-la e se nós a conseguirmos candidatar é muito mais fácil. Está para abrir em overbooking, provavelmente em meados de janeiro, a possibilidade destas obras poderem ser candidatas e é para isso que nós estamos a trabalhar e, é nesse sentido que iremos trabalhar, em candidatar em overbooking a possibilidade de efetuar a totalidade da obra. Também alguém falou em pontes, acho que foi o deputado Zé Luís, a questão da ponte de Negrelos é uma das pontes que tem necessidade de intervenção porque já tem ferrugem à mostra por baixo e é por isso que esta ponte também faz parte da obra de Negrelos. Em relação ao senhor António, Presidente da Junta de Serrazes, falou na questão da motoniveladora e tem toda a razão. O que se passa é que a motoniveladora está parada porque é uma máquina completamente obsoleta, está completamente velha, temos necessidade de comprar uma nova, a curto prazo e tencionamos se tivermos condições financeiras, adquirir uma nova em janeiro. Já pedimos orçamentos a diversas empresas e, se conseguirmos comprá-la em janeiro, posso dizer que num curto espaço poderá vir para cá. Se não tivermos condições financeiras para a comprar, não teremos possibilidades tão depressa de mandar pagar a motoniveladora, porque a que temos, e até temos aqui uma pessoa que há muitos anos já trabalhou na Câmara e sabe que aquela máquina está completamente obsoleta. Se calhar já na altura dele estaria e é uma máquina que trabalha 1 ou 2 dias e avaria. Falou na questão da Eng.^a Mónica que diz que a motoniveladora vinha em setembro, posso dizer, independentemente de ser a Eng.^a Mónica ou outro funcionário qualquer, ninguém pode dizer que foi em setembro ou foi em outubro. Por enquanto quem manda na Câmara Municipal é o Presidente e ele é que sabe em que altura é que isso é possível. O senhor deputado José Pedro, Presidente da Junta de Freguesia de Sul, falou da questão do lixo. A questão do lixo é uma questão que se vai averiguar, aliás já pedi ao Vereador Matos para verificar a situação do lixo no Trigoal que não a conheço. A questão daquele gradeamento constar lá na listagem, o que eu posso dizer é que já foram colocados os ferros, já estou a ver ali na

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

fotografia, e o que acontece em Leirados, como também em Mosteirinho e noutros locais, é que, só temos um ferreiro e eles andam neste momento a fazer as vedações para os depósitos da água, que também não existiam meus senhores. Os depósitos da água que a Câmara tinha estavam todos abertos, qualquer pessoa podia lá chegar e por lá qualquer coisa dentro da água e contaminar as águas. Nós, neste momento, estamos a vedar todos os depósitos de água para que não entre lá qualquer pessoa que possa contaminar as águas. Como só temos um ferreiro, temos que dar aqui um desconto, há sempre outras coisas para fazer. Temos dois cobertos de camioneta para fazer, a rede ainda não foi colocada, penso que a rede até já está adquirida, tanto para lá como para Mosteirinho e mais uma ou duas situações. Há dois cobertos de camioneta para fazer, um para Serrazes, outro para o Outeiro da Comenda e hoje até achei esquisito ninguém ter falado disso e estava preparado para isso. Muitas das vezes não é por se falar nas redes sociais das coisas que elas se resolvem de um momento para o outro. Nós temos de resolver as coisas principalmente quando há necessidade delas e posso-vos dizer que o senhor Presidente da Junta de Bordonhos na altura falou-nos na necessidade de um coberto, que haviam muitas crianças que estavam à chuva e tentamos, num curto espaço de tempo, principalmente antes de vir o Inverno, resolver a situação porque realmente abrangia a muitas crianças e conseguimos lá chegar. No que diz respeito à questão dessa vedação, fala em Aldeia, aquilo já é mais Leirados mas diz respeito a isso. No que diz respeito ao senhor Presidente da Junta de Pinho, que era uma das freguesias mais carenciadas, concordo em absoluto com ele mas se ele for falar com os outros Presidentes de Junta, também lhe vão dizer que as freguesias deles também são todas carenciadas. Embora concorde que realmente a freguesia de Pinho, nos últimos anos, não tenha sido daquelas que realmente tenha usufruído de mais obras públicas e provavelmente porque Pinho era daquelas freguesias que normalmente votava numa determinada direção e já era facto consumado que ganharam sempre naquela freguesia e, provavelmente, nunca lá tinham feito obras por esse motivo. Agora como alterou, pode ser que se façam lá algumas obras. Falou na questão da estrada Pinho/Sobral, Pinho/Nacional 228, Torre de Pinho, é tudo uma questão de fundos disponíveis. Nós não podemos acudir a todas essas obras como podem calcular. Temos inclusive um problema, ainda respondendo à questão das pontes, deputado Zé Luís, temos problemas da ponte de Sobral, a CM de Viseu vai intervir na ponte de Sobral, que tem problemas e nós provavelmente iremos ter de pagar metade e é daqueles dinheiros que se gasta e que não se vê. Vamos intervir lá e estamos a falar em largas dezenas de milhares de euros e é daquelas obras onde se gasta o dinheiro, mas geralmente as pessoas gostam mais do alcatrão, o alcatrão enche mais o olho. Falou também da questão do Pólo Industrial de Pindelo dos Milagres, estamos a trabalhar nele, está a ser feito um estudo de viabilidade económica mas também lhe posso dizer que, neste momento, a CCDR vê os Parques Industriais e as obras públicas ao nível da região, nós temos de começar a perder o hábito de pensar ao nível de S. Pedro do Sul, Vouzela e Castro Daire. A CCDRC vê este conjunto todo como uma região, nós daqui para a frente não vamos conseguir fazer quase nada individualmente, tem que ser visto ao nível de região. Na região existem ainda uma série de Parques Industriais que não estão ocupados e a ideia deles é, isto é a informação que eu tenho neste momento, mas muitas vezes a informação de hoje é diferente da de amanhã, há um mês atrás não havia dinheiro para estradas e agora parece que vai haver dinheiro para estradas. A informação de hoje é que não quererão investir muito na questão de Parques Empresariais ou



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Parques Industriais enquanto na mesma região CIM existirem ainda lotes para venda ou por ocupar e ao nível de região CIM existem muitos lotes. Existem muitos em Vouzela, penso que existem muitos em Tondela, de forma que enquanto esses Parques Industriais não forem concluídos, a CCDR não quer investir muito em novos Parques Industriais, Por isso, o problema que temos é, estarmos a trabalhar para a possibilidade de construção do Parque Industrial em Pindelo dos Milagres mas o mesmo poder não vir a ser participado. Se isso acontecer nós não poderemos avançar com o Parque Industrial. No entanto, estamos a trabalhar, ao nível de estudo de viabilidade económica e o nosso arquiteto também está já a trabalhar na dimensão dos lotes. Em relação ao deputado Zé Luís, tem razão no que diz respeito à EM 227, é uma situação, mas para já não podemos ir colocar as vedações que solicita, posso dizer que ainda há pouco tempo fizemos intervenção na 227 com a questão da pintura da mesma estrada. As lombas na estrada isso é indiscutível, há por exemplo uma lomba em frente à escola primária das Termas que eu detesto-a. Quando passo naquela lomba a minha vontade é deitá-la abaixo. Mas lombas aonde? Junto à casa do Prof. José Luís não se justifica lomba, se os carros batem contra as árvores é problema do condutor, não se pode meter lombas aí na estrada nacional toda. A questão das pontes pode ter alguma razão, nós neste momento temos os nossos engenheiros todos preocupados em fazer novos projetos para candidaturas. Temos de ter uma série de leds de projetos concluídos para quando abrir o novo Quadro Comunitário de apoio nós poderemos encaixar as candidaturas e, neste momento, eles estão todos ocupados, embora tenha razão, é uma situação que se tem de ver. Uma das pontes que nós queremos resolver é a ponte do Sobral, que iremos ter comparticipação com a Câmara de Viseu mas também queríamos mexer e fazer uma intervenção na de Sequeiro, em Manhouce. Provavelmente ainda este ano teremos de fazer uma intervenção naquela ponte porque é das piores situações que temos no nosso concelho, de forma que pode ir dizendo à sua população que provavelmente irá haver uma intervenção na ponte de Sequeiros. No que diz respeito ao deputado Rui Almeida, falou na questão das visitas às empresas, é uma situação que vai continuar, o nosso Quadro Comunitário de Apoio vai trazer muito dinheiro para quem se quer instalar enquanto empresário e mesmo para aqueles que já estão implantados e são novos equipamentos. O anterior Quadro de Apoio trouxe muito dinheiro para as autarquias, nomeadamente para as CM, o próximo vai trazer muito para as empresas de forma que é isto que nós temos andado a comunicar às empresas, para que eles tenham conhecimento da possibilidade de poderem investir porque também se as nossas empresas estiverem bem, eles próprios podem criar emprego. E falando na questão de emprego e respondendo já à deputada Mónica Almeida, há pouco falou na questão das reuniões participativas, posso-lhe desde já anunciar em primeira mão e aos senhores jornalistas que, a partir de janeiro, iremos fazer uma reunião participativa, aquela de que se fala, sobre a questão de emprego. Iremos chamar a sociedade civil para que nos ajude, ao fim e ao cabo, a tentar resolver o problema do emprego, que é o maior que nós temos no concelho de S. Pedro do Sul, aliás em todos os concelhos do interior. Não adianta andarmos aqui a falar em comércio, em obras se realmente não conseguirmos fixar a nossa população e isto é uma batalha que tem de ser ganha por todos meus senhores, não é só pela CM e não é só pelo Executivo. Isto também está nas mãos da sociedade civil e a sociedade civil tem que nos fazer chegar informações da forma de podermos ultrapassar isso, sob a forma de tentarmos conquistar mais emprego para o nosso concelho, porque se não for assim meus senhores, não adianta andarmos a fazer

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

saneamento, a construir centros sociais, a construir pavilhões porque as pessoas se não tiverem emprego, vão-se todas embora. Posso dizer-vos que ao nível de CM tenho neste momento mais de 600 pedidos de emprego. De forma que Eng.^a Mónica, fica já aqui o repto, a partir de janeiro irá ser feita a primeira reunião participativa com o tema emprego. O deputado Rui Almeida falou também sobre a questão do Parque Empresarial e já respondi ao Presidente da Junta de Freguesia de Pinho. Mas também temos o Parque do Alto Barro e no Parque do Alto Barro meus senhores, foram cometidos muitos erros. Quando foram vendidos os lotes no Parque Industrial, nunca foi prevista a possibilidade de quem comprava construir num determinado prazo. E o que acontece é que aqueles lotes foram vendidos há uma série de anos, outros já foram revendidos, outros têm os lotes a pensar em revender e a situação é que ninguém construiu e agora os lotes estão lá a criar tojo e mato. Posso-vos dizer inclusive, há um lote que é da Sicornete que tem cerca de 7 hectares. Agora vocês vejam este lote de 7 hectares dividido por outros mais pequenos, a quantidade de empresários que se podiam instalar. E posso-vos dizer que já houve empresários que se quiseram instalar em S. Pedro do Sul mas não tínhamos nada para lhes dar. E agora como é que se ultrapassa a questão? Nós temos de criar outro Parque Industrial, agora só conseguimos criar se realmente a CCDDR nos comparticipar esse Parque, porque se assim não for, não temos condições. Iremos a curto prazo tentar falar com os empresários que têm lotes no Alto Barro, no sentido de ver se eles disponibilizam os lotes que têm a empresários que queiram vir. Há inclusive um empresário francês na área dos perfumes que queria vir aqui implementar uma fábrica de perfumes mas nós temos de arranjar-lhes condições para que eles possam vir para cá. Em relação ao senhor deputado e Presidente da Junta de S. Martinho das Moitas, José Vasco, falou na questão da Termalístur. Eu vou-vos dar aqui uns dados que é bom que as pessoas tenham conhecimento desses mesmos números e assim como a comunicação social. Em novembro de 2013, quando chegamos à Termalístur, tínhamos 222 funcionários. Neste momento estão 185, ou seja, houve uma redução de 37 e houve uma poupança em dinheiro vivo de 155 mil euros. A Termalístur baixou a dívida do ano passado para este ano em 1,1 milhões de euros e falando em abatimento de dívida posso dizer-vos aqui em primeira mão, mesmo para os senhores jornalistas, que é bom que tenham conhecimento disto, que a Câmara Municipal, há pouco tempo tínhamos falado que a CM tinha abatido a dívida em 2 milhões e o deputado Mário Almeida duvidou. E eu agora posso dizer-lhe Mário Almeida, não foram 2 milhões, foram 3 milhões. Posso-lhe anunciar aqui em primeira mão que a Câmara, do ano passado para este ano, abateu a dívida em 3 milhões e a Termalístur em 1,1 milhões, ou seja, dos 26 milhões que recebemos de dívida, conseguimos abater a dívida em 4 milhões. Senhor deputado Mário Almeida, depois vai conferir essas contas em abril, quando receber o relatório de contas e vai ver, e espero que nessa altura se congratule e felicite este executivo por realmente ter conseguido atingir essas contas. É bom também muitas vezes dar a mão à palmatória quando as outras pessoas têm razão. A Termalístur lançou os produtos AQUA, produtos de dermocosmética, dinamizou a fisioterapia em mais de 20%, num ano conseguiu ter mais 20% de utentes e o Bem-estar em mais de 20%. De acordo com os médicos, meus senhores, aquele acordo que há bocadinho alguém falou na questão de indemnizações aos médicos, confundiu-se é que não é a Câmara que está metida nisto, é a Termalístur mas também lhe digo que não tem que haver indemnizações porque nunca foram funcionários da Câmara. Não sendo funcionários nunca tem que haver indemnizações. Estou preocupado é com as outras indemnizações. São

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

cerca de 350.000€ das bombas de gasolina, com uma de 150.000€ com a questão da compra do Centro de Saúde, agora o proprietário, por erros cometidos, vamos ver como é que a gente se safa disto. Nós temos de ver como é que vai ser com a questão de lá de baixo do Loteamento da Estação, quero ver como é que a gente se vai safar dessa, está a perceber? É que nós temos de fazer lá as infra estruturas que estavam planeadas de Câmaras anteriores. Custam meio milhão de euros. Quero ver onde é que esta Câmara vai arranjar meio milhão de euros para fazer essas obras, sabe, estamos sempre a falar de dívidas e o senhor diz às vezes “Então mas as dívidas ainda não acabaram”? Pois é que são estas que aparecem. É que quando nós falámos em 26 milhões, agora já tenho mais meio milhão e elas estão sempre a aparecer. As contas vão aparecendo deputado Mário Almeida. Da nossa gestão ainda não me apareceu nenhuma, ao fim de um ano de mandato, não tenho nenhuma destas. Mas estamos a falar da questão dos médicos, os médicos que estavam na Termalístur não pagavam nada. Recebiam o dinheirinho das consultas, tinham lá os computadores pagos pela Termalístur, eletricidade, água, tudo pago pela Termalístur e eles era só meter o dinheiro ao bolso. Os médicos este ano já deixaram à Termalístur 84.000€. Se a Termalístur, desde o início tivesse cobrado esse dinheiro aos médicos, tinha recebido 1,1 milhões de euros. Agora sabem, é preciso coragem para enfrentar determinados lobbies e nós tivemos a coragem de lá ir. Eu tive a coragem para me sentar na frente deles e dizer-lhes “Tem que ser assim”. E quando eles me disseram que não, disse “Vamos ver”. E a verdade é que esta nossa ação já nos fez render 84.000€ mas isto podia ter sido feito desde o início mas é preciso coragem para o fazer. Houve quem não tivesse coragem para o fazer. Sobre faturação, posso dizer-vos que ao nível de faturação que chegou, há muito mais faturação do que a que existiu nos anos anteriores e o nível de utentes também cresceu de forma que é esta a informação que eu lhe podia dar. Em relação ao senhor Presidente da Junta de São Félix e voltando a repetir, falou na questão de 3 km de saneamento na freguesia, é claro que não há saneamento sem haver fossa. Falou-me na garantia do saneamento ser feita, a garantia é a mesma das outras freguesias, não é mais nem menos, está no mesmo nível e patamar das outras. Em relação ao deputado Baltazar, falou sobre a questão do Balneário e o terreno do Largo da Feira já falei, penso que não vale a pena estar a falar outra vez. Deputado Mário Almeida, falou na questão da indemnização das bombas de gasolina, se foi uma situação pensada, o que é que me passou pela cabeça, o que me levou a isso, ainda ninguém me chamou imputável, ainda ninguém me disse que eu era maluquinho, por enquanto ainda não cheguei a esse ponto. Quando as pessoas pensam tomar uma atitude, as repercussões são pensadas e não é só o Presidente da Câmara que pensa, há outras pessoas que são consultadas e que são ouvidas, como deve calcular. Essa questão, é uma questão que vai ser averiguada, eu remetia para quando viessem essas averiguações a devida resposta. Eu queria mais pronunciar-me em função da resposta que viesse. Agora o que está em causa senhor deputado Mário Almeida, são 350.000€. É claro que a ação foi contestada, eu não ia deixar de contestar a ação, como pode calcular. Acima de tudo, se nós formos culpados, se o Tribunal considerar que a Câmara Municipal é culpada, alguém tem de pagar por isso. Não pode ser o meu Executivo a ir pagar 350.000€ por erros cometidos no passado, aqui tem de se apurar responsabilidades. Se realmente nós formos condenados e se houver coisas menos legais, não é a população de S. Pedro do Sul que tem que pagar. O que nós estamos aqui a zelar é pelo interesse público, ou seja, se há responsabilidades, alguém terá de pagar os 350.000€, se perdermos a acção. Se não perdermos a ação, amigos como sempre. Penso



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que está correto. Sobre a questão dos médicos despedidos pela Câmara, é claro que não foram despedidos pela Câmara, quem esteve envolvido foi a Termalístur, a Câmara Municipal não tem nada a ver com isso e, seja como for, os médicos nunca foram despedidos, porque os médicos nunca foram funcionários da Câmara. As pessoas só são despedidas e o senhor Mário Almeida é uma pessoa licenciada, deve saber que as pessoas só são despedidas quando há um vínculo. Não existe vínculo laboral, não há despedimento mas também queria dizer, há uma situação diferente, aquilo que às vezes se diz aqui nestas Assembleias, que são ações que podem ser desculpáveis, outras ações são aquelas que se escrevem. Quando uma pessoa escreve num artigo num jornal, são ações premeditadas, são ações pensadas e o senhor Mário Almeida, que é um homem do Teatro, é um ator, é um homem do fingimento. Um ator quando está em cima de um palco, finge, está a representar alguém. Agora aquilo que o deputado Mário Almeida escreve, não pode fingir. E muitas das vezes as pessoas para serem agradáveis com os outros, fala-se muitas das vezes que as pessoas dizem inverdades e eu aqui não gosto de fingir e gosto de ser direto e quero dizer ao deputado Mário Almeida, mentiu ao escrever determinadas situações no jornal e eu passo-lhe a dizer quais. Diz que o Presidente da Câmara foi a banhos a Villeneuve-le-Roi. É claro que em Villeneuve-le-Roi não há banhos, é uma cidade do interior, não há banhos. Como pode calcular o Presidente foi em representação do Município e quando foi feita a geminação, e é bom que se diga porque o senhor também fala na questão da geminação, a geminação é uma situação que já herdamos, é uma situação que vinha a decorrer e, no meu entender, bem porque há quem seja contra estas situações. Eu entendo que esta até foi boa porque tínhamos lá uma grande comunidade emigrante. Entendo que até foi correto. Depois diz que, mais uma mentira, queixam-se os nossos conterrâneos que o Presidente não apareceu para assistir à atuação do grupo musical. O senhor não estava lá, não viu, não assistiu, o senhor escreveu isto em função de uma coisa que viu escrita e uma mentira quando é dita uma vez, duas vezes, três vezes passa a ser verdade e o senhor foi atrás disso, foi atrás daquilo que leu no jornal. É claro que o Presidente da Câmara não esteve presente nessa atuação do Grupo de Manhouce, atuação essa que eu até já conhecia, diga-se de passagem, mentiu, o senhor disse aos nossos conterrâneos que o Presidente não apareceu para assistir á atuação do Grupo musical. Queixaram-se? Mas quais conterrâneos é que se queixaram? Eu estive com os nossos conterrâneos, falei com muitos deles, falei com largas dezenas de nossos conterrâneos, de forma que o senhor aqui está a mentir. E não estive presente nessa atuação porquê? Mas eu digo-lhe. Não estive porque nós estivemos numa cerimónia onde ia haver também uma geminação com uma cidade italiana nesse dia, aliás a própria Isabel Silvestre esteve connosco à hora do almoço nesse protocolo e depois continuou para a noite, a Isabel teve que ir cantar e nós ficámos porque a festa em si não era só a atuação do Grupo de Cantares de Manhouce. O senhor diz uma coisa diferente, que os nossos conterrâneos queixaram-se e o senhor não pode escrever uma coisa que não é verdade. Os nossos conterrâneos não se queixaram porque eu estive lá com eles, está a perceber? Mas continuando. O senhor Presidente não compareceu nem à Assembleia Municipal nem à festa. O senhor Presidente tem um Vice-presidente e isto é uma questão de lógica, os Vice-presidentes existem para substituir o Presidente nos seus impedimentos. É assim em todo o lado. Agora aquilo que já foi aqui falado hoje, antes o Vice-presidente nunca aparecia às reuniões da Assembleia Municipal. Desta vez aparecem e o senhor Vice-presidente, como noutras situações, já substituiu muitas vezes o senhor Presidente. O senhor Presidente não pode

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

estar todo o lado, como pode calcular. Mas disse mais mentiras. E disse que ameaça a recurso para Tribunal, isto referindo-se ao Vereador Pedro Mouro, por um lado disse que tinha sido em reunião de Câmara, não foi nada reunião de Câmara, foi na apresentação de um ano de mandato. De forma que o senhor deputado tem de andar mais dentro das notícias, para depois poder escrever porque o senhor parte de premissas erradas para depois atingir os seus objetivos. Em que ameaça a recurso de Tribunal? O senhor Vereador já explicou que, e explicou muito bem, que era uma situação de ofensas pessoais e o senhor ouviu isso e não quer atender a isso. O senhor percebeu a situação e voltou sempre a falar na mesma questão. O senhor deputado diz até que ninguém acredita que este executivo está a fazer um bom trabalho em matéria de Fundos Europeus, uma vez que ainda não foi apresentada nenhuma obra neste âmbito. O senhor sabe e está farto de saber que a obra que andamos a fazer ao pé da cadeia é com Fundos Europeus. O senhor está farto de saber e vem aqui escrever isso? Mentira. O senhor não é uma pessoa qualquer, o senhor é um deputado Municipal e tem obrigação de saber o que se está a passar no concelho. E o senhor vem escrever isto, sabendo que é mentira? Diga Eng.º Casais, não há nenhuma placa? Já não lhe foi dito, o senhor não sabe também enquanto deputado Municipal, que aquela obra está a ser feita com Fundos Europeus? E até lhe posso dizer que está a ser feita para ficar a 90% de Fundos Europeus. Se não sabia é bom que saiba. Depois, continua a mentir, porque eu já não gosto de dizer as inverdades, eu, como disse, sou direto. E diz que esta Câmara já vai a meio do mandato, que já é o 2º orçamento e já vai a meio do mandato. Se o senhor deputado Mário Almeida não fosse uma pessoa licenciada, se fosse uma pessoa da aldeia, então se nós estamos há um ano e dois, três meses na CM, como é que o senhor diz que já vamos a meio do mandato? O senhor tem que ter cuidado porque isto provavelmente quer atingir outros objetivos, mas ao menos seja sincero naquilo que diz e naquilo que escreve. É que o senhor depois repete que vai a meio do mandato. Mas, para não ser exaustivo, não vou falar mais. Respondendo à Eng.ª Mónica, a revitalização do Centro Histórico. Senhora deputada Municipal, o comércio não é só a Rua Direita. Esta Câmara tem investido demasiado na Rua Direita e tem que começar a virar-se para outras ruas, porque a revitalização do Centro Histórico, não é só a Rua Direita, não é só aquele espaço. O comércio em S. Pedro do Sul são muitas ruas, noutras ruas não temos feito nada e temos de começar a virar e é bom que os senhores Vereadores comecem a pensar noutras ruas, que não só o Centro Histórico. A questão das reuniões participativas, já respondi. Há bocadinho falou-me também na questão das montras, o envolvimento dos comerciantes. O senhor Presidente da Câmara foi Presidente da Junta de Freguesia, está a perceber? E fez, por diversas vezes, concurso de montras. Sabe quantas pessoas participavam? Tem ideia? Meia dúzia. Com ofertas de viagens à Madeira, ofertas de libras de ouro. Sabe quantos concorreram? Meia dúzia. O senhor Presidente da Junta de S. Pedro do Sul, o antigo, fez concurso de montras, fez concurso de varandas floridas, janelas floridas. Sabe quantas pessoas queriam concorrer? Uma. Agora diga-me, como é que se pode trabalhar com gente assim. Quando uma pessoa lança uma ideia, as pessoas têm que participar, as pessoas têm de ser bairristas, que é aquilo que existe em Vouzela. Em S. Pedro do Sul, cada um olha para o seu umbigo e a mentalidade é que tem de ser mudada, o que demora tempo. Agora a ideia é boa, mas tem que ser com tempo, não se consegue tudo de um momento para o outro. No que diz respeito, à questão da reabilitação urbana, a Câmara Municipal neste momento, está a fazer intervenção numa área de reabilitação, e é bom que os senhores jornalistas também anotem isto,

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

que é chamado de ARUS. É uma zona situada no centro da cidade que se vai estender até às Termas, uma zona limitada para poder receber intervenções comparticipadas. Sem ARUS não há comparticipação do Estado. E então a ideia destas ARUS é reabilitarmos as zonas degradadas que, como vocês sabem, o Centro Histórico tem muitas zonas degradadas, tem muita casa degradada, isto implica que, ao nível de responsabilidade dos proprietários, implica que nós possamos aumentar o IMI dessas casas degradadas e é uma situação que teremos de pensar nela mas, por outro lado, os proprietários também podem tirar benefícios. Antes de mais, a redução do IVA de 23% para 6% na questão da construção. Depois, a possibilidade da Câmara os isentar de IMI durante uns anos, a possibilidade de isenção de IMT, a possibilidade de isenção de taxas Municipais ou seja, nós vamos criar condições nos próximos anos e, numa primeira fase, para o centro da cidade e para as Termas, de darmos hipóteses às pessoas de requalificarem as suas habitações, com estes incentivos. Se eles não quiserem e não o fizerem, vão ter consequências que são nomeadamente, pagando mais IMI. Isto está a ser feito, temos um arquiteto neste momento a trabalhar, a tempo inteiro, neste processo porque é um processo que realmente é imperativo. O nosso centro da cidade está a ficar degradado e nós temos que recuperar essas casas todas que estão degradadas. Há casas que nem têm telhado nem nada, mesmo no centro da cidade de forma que, esta é uma informação em primeira mão que aqui fica. Nesta primeira fase será só para o centro da cidade e para as Termas, para o futuro não sabemos o que é que irá acontecer mas poderá também estender-se às nossas aldeias. O que disse o deputado Matias, penso que não há necessidade de estar a dar resposta, também não está cá. Em relação ao deputado Custódio Rocha, já respondi ao deputado Mário Almeida. O Prof. Mouro fez uma intervenção brilhante, dou-lhe desde já os meus parabéns, foi concreto e conciso e, como se diz na gíria, bateu precisamente na “mouche”, naquilo que havia de bater. O PDM neste momento está a ser revisto há um ano, na altura disseram que a revisão do PDM poderia demorar cerca de 1 ano e a verdade é que um ano já passou e parece que ainda estaremos longe da revisão do PDM. É uma questão que está a ser vista e que não sabemos quando poderá ficar concretizada.” O Vereador Francisco José de Matos fez a seguinte intervenção: “Como sabe, o protocolo entre o IPPAR e a Câmara Municipal foi assinado em 2006, foi para aproveitar que, digamos, de certo modo, o balanço da requalificação que tinha existido e ainda estava em fase final de requalificação das Termas. A Câmara ao tempo acordou com o IPPAR e fez-se aquele protocolo que foi aprovado pela Câmara Municipal de S. Pedro do Sul e pelo IPPAR, aliás, a Vice-presidente do IPPAR veio de Lisboa a Coimbra assinar esse protocolo. Tudo o que se passou em 2010 foram desculpas de mau pagador, da parte da Administração Pública, porquanto a Administração Pública veio dizer que o IPPAR já não existia. Existia o IGESPAR. As pessoas de bem, e o Estado é uma pessoa de bem, sabem que um organismo substitui o outro e que o outro, que é o substituinte, assume as responsabilidades e os proveitos também do organismo que cessa funções. Foi desculpa de mau pagador a questão da não existência do IPPAR, portanto não existia o compromisso do Estado porque tinha desaparecido, o Instituto. A partir daí houve algumas tentativas e a senhora deputada esteve, tanto quanto vi os papéis que consultei, nalgumas delas, para tentar junto do poder central, fazer alteração dessa situação. Esteve com o Vereador da Câmara Municipal, na Secretaria de Estado da Cultura, depois o Ministério das Finanças também teve alguma intervenção, o certo é que o poder central hoje assume e convém que isto fique claro, o poder central, a Administração Pública hoje assume o compromisso do

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

protocolo entre o IPPAR e a Câmara Municipal. Tanto assim é, e fiquei contente por na reunião que tive com o senhor Secretário de Estado ter sabido que S. Pedro do Sul, o Balneário Romano das Termas, está classificado como património em risco em primeiro lugar. E está porquê? Não foi porque o senhor Secretário de Estado nos tivesse recebido, não recebeu. Nós pedimos-lhe mas como não somos deputados da Nação e estamos longe, estamos no interior, não nos recebeu. Mas mandou um cartãozinho a dizer que não percebia. Então isso levou-nos a quê? A baixar os braços? Não. A fazer o aproveitamento daquilo que temos. E o que é que temos? É a proximidade junto da Direção Regional da Cultura e aí sim, temos tido contactos muito intensos com a Direção Regional da Cultura, que nos tem apoiado, que nos tem inclusivamente dado dicas porque não é por acaso que os processos da obra de recuperação foram terminados com os projetos de pormenor inclusivamente. Foram terminados, apesar de ainda devermos ao arquiteto projetista qualquer coisa como 28.000€ de um total, também perguntava, de um total de 82.000€ que custou o projeto. Desses 28.000€, 6.000€ são para acompanhamento da obra, o que significa que, do projeto em si estamos a dever à volta de 22.000€ e que serão pagos ao senhor arquiteto no primeiro trimestre do ano que vem. Agora é importante referir uma coisa. Nós não vamos desistir de construir, de requalificar o Centro Termal. Não vamos desistir. Ele já está considerado pela Secretaria de Estado como património em risco. Já tem os projetos todos, quer de arquitetura, quer de especialidades todas, o que significa que se está em risco e tem projetos para reconstrução, o Estado é obrigado a zelar pelo seu património. Assim sendo, temos tido contactos, quer ao nível da Direção Regional, quer ao nível da CCDR, através do senhor Presidente, para que este monumento que, em termos de romano é o principal monumento do país, em termos Termais tenha um futuro melhor. Perguntou também qual é o custo da recuperação do Balneário Romano. A Secretaria de Estado da Cultura tem uma indexação de 2,5 milhões de euros, no projeto porém, embora o projeto já fosse feito há mais tempo, está 1,5 milhões de euros e é dessa base que nós temos o pagamento ao arquiteto. Há uma coisa que nunca ninguém se tinha lembrado que é o facto de para uma obra ser feita ter que ser aprovada. Para ser o projeto aprovado, tem que ser mandado às entidades competentes e tem de ser mandado completo. Portanto, fizemos o completamento do processo e enviamos, tão simplesmente para a Direção Regional para aprovação. O que significa que a partir do momento em que o projeto esteja aprovado, está em condições de ser aprovada a sua construção. Acho que respondi às questões todas.” A Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho fez a seguinte intervenção: “O meu esclarecimento é muito rápido ao senhor Presidente da Junta de São Félix, relativamente à Associação. A Associação em questão contactou-me no sentido de elaborarem eles a festa da Passagem de Ano e eu congratulei-me. Nós queremos é que da parte das Associações ou das pessoas individuais, nos ajudem a levar várias iniciativas para a frente ou seja, fiquei muito contente e nas conversações que tive com a pessoa que me contactou, propus-lhe que eles me apresentassem então, digamos, a sua iniciativa. Foi bem acolhida, remeti para reunião de Câmara, no entanto, não sei se houve uma falha em termos das pessoas que estão encarregues dos Regulamentos, porque eu não consigo estar a ver tudo todos os dias e quanto à referida Associação pôs-se em causa se nós teríamos ou se estaria realmente ativa. Isso foi solicitado, nomeadamente pelo senhor Vereador Rogério, fiquei preocupada e, neste momento, temos todos os documentos em como está operacional. Tem os estatutos corretos, está tudo em conformidade e existe uma Comissão neste momento, executiva, que irá proceder a

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

eleições sendo que, o subsídio que nós atribuímos em reunião de Câmara e que ficou deliberado, só será atribuído, eu já disse isto às pessoas que estão à frente da Associação ou que estão na Comissão Executiva, se houver eleições e houver realmente uma Direção, assim de momento não lhe sei dizer se faz parte da Comissão Executiva, eu penso que sim. Como eu lhe estava a dizer, neste momento existe uma Comissão Executiva que vai proceder às eleições. Estão a reunir neste momento as listas para haver eleições sendo que, eu avisei logo as pessoas envolvidas que, tendo em conta que havia uma Comissão Executiva e não existia uma Direção definitiva decorrente de eleições, não iria ser atribuído nenhum subsídio se não houver uma Direção desta Associação. Desta forma, eles quiseram avançar na mesma com esta iniciativa, correndo o risco, já que eles me garantiram que ia haver eleições, de não receberem o referido subsídio. Agora eu, por um lado, fico aqui numa posição, digamos, de dúvida e foi aqui referido pela Eng.^a Mónica, nós queremos que as pessoas participem. E queremos ter iniciativas da parte das Associações, das pessoas individuais, do comércio, dos comerciantes. Se nós começamos logo, à partida, a pôr questões quando elas se nos apresentam criativas, estamos aqui um bocadinho a deturpar o que nós pretendemos. O que nós pretendemos é que as pessoas, de iniciativa própria, trabalhem connosco e este sempre foi o nosso objetivo. Eu sempre pedi para ser parceira e não para ser eu, Câmara, organizadora. O nosso executivo nunca quis ser o organizador, queremos é parceiros. Provavelmente o erro é meu, estou a assumi-lo porque eu não gosto de andar aqui e vocês também sabem, a inventar, que o erro pode ter sido meu no sentido que não verifiquei corretamente se realmente a Associação estaria com todos os processos certos e, neste momento, eu tenho a certeza que está porque já pedi todas as informações necessárias e tenho na minha mão esses referidos documentos ou seja, neste momento eu tenho a certeza que a Associação pode ter estado inativa mas, neste momento, eles estão-se a mexer para voltarem a ficar operacionais e está tudo correto. Por isso eu, acreditando na boa-fé das pessoas, penso que isto vai a bom porto. E, sendo nesse sentido e como eles querem manter a atividade, independentemente do subsídio ou não que vai ser atribuído pela Câmara, eu vou acreditar que tudo vai correr pelo melhor. E iremos ter uma Passagem de Ano, no Largo da Município, em parceria com a Câmara, diferente do que tem sido, como nós também temos que ir tentando outros formatos para diversificar a cultura no nosso concelho.” O Deputado Mário António de Almeida fez a seguinte intervenção: “Eu aqui queria fazer uma correção ao senhor Presidente. Parece-me que não está a fazer a leitura correta do Regimento porque, embora no limite, tanto quanto eu me lembro, no limite o Período Antes da Ordem do Dia pode ir até às duas horas e qualquer coisa. As pessoas têm direito a uma réplica de três minutos. Mas podemos ver isso depois. O que é que eu gostava aqui de falar? Eu nunca pensei que um artigo escrito ao abrigo de um direito que eu tenho de liberdade de expressão provocasse aqui tanta polémica nesta Assembleia. O artigo foi escrito com certeza e as pessoas têm o direito, têm liberdade de discutir tudo aquilo que eu vou escrevendo e é com gosto até que o faço, é sinal que leem, dá-me até prazer agora, nunca pensei que isso causasse tanta celeuma. A resposta já foi dada, aliás o Dr. Pedro Mouro teve a amabilidade de responder ao artigo que eu lhe escrevi. Digo isso e não o digo com ironia. É que certamente o leu e depois tive eu também oportunidade de me defender e de responder, portanto isso ficou escrito. Não queria voltar ao artigo porque foi escrito, não é tema para falarmos aqui. Que estive com o Grupo, não estive com o Grupo. Pronto, o senhor confirmou que não estive com o Grupo, estive noutras

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

atividades. A meio do mandato, se o mandato tem quatro Orçamentos, este é o 2º, presumo que 4 a dividir por 2, serão 2. Pronto, é o 2º orçamento, o senhor é Presidente a 4, este é o 2º, presumo que é meio de mandato. O que aqui fica registado, devidamente registado em ata, as questões que eu levantei que foi muito simples. Perguntei exatamente se o senhor Presidente de Câmara tinha consultado as pessoas, o que é que as pessoas lhe disseram, isto não é segredo de justiça, o senhor pode perfeitamente dizer o que é que lhe disse o advogado avençado da Câmara e o que lhe disseram também os serviços jurídicos da Câmara. O senhor sobre isso não respondeu. Remeteu-se e portanto esquivou-se a outras questões, enfim. No entanto, eu acho que é relevante, uma vez que este relatório é do conhecimento, certamente, dos elementos da Câmara, não será porventura do conhecimento dos elementos desta Assembleia, que é um relatório do IGAL que diz, eu vou ler muito rapidamente, diz num dos seus parágrafos, o seguinte: Independentemente do que o TAF de Viseu, onde decorre a ação administrativa especial, que é esta ação sobre as bombas de gasolina, interposta pelo requerente da Informação Prévia, venha decidir quanto à validade da deliberação camarária de 23/10/2006, retira-se do exposto no relatório que, perante os diferentes pressupostos de facto e de direito, que se foram patenteando no decorrer do processo, atuação de funcionários municipais, de membros da Câmara Municipal e deste próprio órgão revelou-se a mais adequada, não se justificando pois a imputação e a efetivação de quaisquer responsabilidades, nomeadamente de natureza tutelar, criminal e/ou disciplinar. Eu concluo disso que quando o senhor pega nesta ação, que foi interposta contra a Câmara, que a remete para o Ministério Público, eu só posso fazer aqui uma leitura política. O senhor está a tentar fazer contas com o passado, um passado onde o PS também esteve representado porque foi uma decisão tomada por unanimidade, por todos os elementos do executivo, portanto é esta a questão que eu lhe coloco, não é uma questão apenas política.” A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção: “Rapidamente, eu queria agradecer e salientar as respostas obtidas às questões que coloquei, que são do interesse de todos, pelo senhor Vereador Francisco Matos e salientar que o senhor Presidente de Câmara aproveitou o momento regimental para que se dê resposta às questões colocadas pelos deputados Municipais nesta Sessão, para fazer uma intervenção de fundo, comentando a Assembleia Municipal anterior e até inclusivamente um artigo de jornal. Entre um conjunto de diretrizes oratórias, trouxe à coação, proferidas na sessão anterior, relativamente à sua ausência a esta Assembleia Municipal. Vamos ver se nos entendemos. O senhor Presidente pode não gostar mas tem que ouvir a opinião de qualquer deputado Municipal que legitimamente expressa em local público. Pode concordar ou não mas saber ouvir é uma virtude e uma das principais características de um autarca. O que não pode é pretender condicionar a livre expressão de opinião nem assumir uma posição de arrogância e de falta de respeito democrático relativamente a quem o questiona ou manifeste uma condição diferente da sua. Pode acusar-me de muita coisa, o que não me pode acusar é de ser incorreta ou deselegante para a sua pessoa nem de assumir um tom provocatório que não dignifica a função que desempenho, posição que infelizmente o senhor Presidente tem assumido nesta Assembleia. É que, como diz o povo, presunção e água benta, cada um toma a que quer.” A Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD) fez a seguinte intervenção: “Relativamente às intervenções e à resposta que foi dada pelo senhor Presidente, venho esclarecer o seguinte. Em primeiro lugar dar os parabéns por ter contribuído, de alguma forma,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que sejam feitas ações participativas e que elas tenham maior sucesso, disponibilizar-me, mais uma vez, para participar, envolver as pessoas. Relativamente às ideias que propus, para termos mais sucesso nas atividades senhor presidente, temos que envolver as pessoas de alguma forma para conseguirmos ter sucesso. Gostei muito das palavras da Vereadora quando diz que o que interessa é a intenção e vale a pena tentarmos novamente, arranjarmos forma de os envolver. Queria também dizer aqui que não gosto e quero expressá-lo, eu aqui sou deputada Municipal, não sou colaboradora da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul. Portanto, as intervenções que eu faço aqui foram sempre no sentido construtivo e de colaborar com o executivo. Era minha vontade pessoal que tivessem o maior sucesso nas ações e ficaria muito contente porque é o meu Município, é a minha casa também e estou por ela representada. Nunca levo as minhas palavras no sentido destrutivo porque não é essa a minha forma de estar.” O Presidente da Câmara Municipal respondeu às intervenções: “Em relação a quatro intervenções que foram feitas, vou só responder a duas. Primeiro, em relação ao deputado Mário Almeida sobre a questão daquele pedido de indemnização do senhor Reis. E o que eu lhe queria dizer é que o senhor leu um relatório do IGAL mas eu tenho um documento do Tribunal Central Administrativo do Norte que é posterior ao documento que o senhor tem, de forma que o que conta é o último e o último diz assim, nenhum destes tramites foi cumprido neste procedimento administrativo, sendo de estranhar, desde logo, o facto de se renovar a consulta de entidades administrativas com vista à emissão de pareceres que já tinham sido solicitados e cujo teor conduzia ao deferimento do Pedido de Informação Prévia, facto este coincidente com a avocação do processo pela Câmara e conduziram, posteriormente, a uma tomada de decisão em sentido manifestamente oposto, não existe de forma clara qualquer parecer que negue a pretensão do requerente e é de estranhar ainda mais quando o requerido, enquanto interessado, nunca foi ouvido acerca destes procedimentos nem lhe foi dada oportunidade de neles participar, fornecendo elementos e esclarecimentos mas, ao invés, foram convocadas as empresas Silva & Carvalhas, Lda. e Estação de Serviço de S. Pedro do Sul, para estarem presentes através dos seus legais representantes na reunião camarária que teve lugar no dia 25 de setembro de 2006, onde foi discutido o licenciamento do posto de combustíveis do concelho, de forma que o que eu lhes quero dizer é o seguinte: quem não deve, não teme. As coisas têm de ser averiguadas, doa a quem doer, ponto e mais nada tenho a dizer sobre o assunto. No que diz respeito à Dr.^a Ester, falou que o Presidente estava aqui com arrogância, eu não vejo onde é que eu estava aqui com arrogância. Estive aqui de peito aberto às balas para vocês dizerem o que quiseram. A senhora falou na forma incorreta, forma incorreta teve se calhar V.^a Ex.^a na última sessão de Santa Cruz da Trapa, onde o Presidente não estava e a senhora ter dito aquilo que disse. Acho que a senhora deve dizer isso na minha frente. Diga o que quiser que eu estou cá para lhe responder. Se calhar incorreta foi a senhora onde o Presidente não estava presente, dizer o que disse.”

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado as seguintes intervenções: José Manuel Correia interveio acerca do Parque de Campismo que encerrou e cujas infraestruturas foram destruídas. Destacou ainda o facto de apenas 5% da freguesia de Serrazes possuir saneamento básico, assim como uma iluminação pública deficitária. Afirmou que Serrazes tem falta de uma Casa Mortuária. Relativamente à Pedra Escrita de Serrazes disse que é bem mais antiga que o

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

Balneário Romano e que se encontra em mau estado devido quer, ao telhado que colocaram, quer devido aos fotógrafos profissionais que lhe mexem. Era importante colocarem uma vedação à volta da Pedra Escrita para a poder conservar. Isabel Coelho, moradora em Ferreiros, solicitou ao executivo que o autocarro que faz o transporte escolar das 7h40 que vem de Santa Cruz da Trapa, possa fazer um desvio de 1600 metros para recolher algumas crianças, uma vez que o caminho é perigoso e tem pouca iluminação. Fernando Marques questionou o executivo sobre o facto de na Rua do Areeiro, no cruzamento com a Travessa do Areeiro, terem colocado tubagem apesar de não existir saneamento, sendo que quando chove a estrada se torna um mar, tendo solicitado um desvio da água. Falou ainda da questão da iluminação pública e do facto de muitas lâmpadas estarem apagadas. Maria Alice Amaral destacou na sua intervenção o caminho da Capela de Freixo e o facto da água que lá nasce correr toda para a sua terra juntamente com areias. Solicita que sejam feitas valetas para que as águas possam seguir para outro lado. Fernando Tavares Pereira, morador em Freixo, chamou a atenção para o facto de não haver saneamento em Freixo e ter de pagar 10,00€ para a Impeza das fossas, questionando se não seria de isentar ou baixar este valor. Destacou ainda o Parque de Campismo, que entende poderia ser revitalizado com um Protocolo entre a Junta e a Câmara Municipal, ou ainda com uma parceria público/privada, com uma Associação sem fins lucrativos. O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “Tentarei ser o mais rápido possível e, ao contrário daquilo que era feito no passado, e é bom sempre que a gente lembre isto, não tendo medo de dar o corpo às balas, porque antes quando o público perguntava, nunca era dada resposta, vou dar aqui respostas. Em relação aquilo que disse o José Correia, falou, e muito bem. Concorde em quase tudo o que disse. No que diz respeito à questão da EDP, de haver lâmpadas fundidas e respondendo ao José Correia, à D. Isabel, o Fernando também falou na questão das lâmpadas, a situação é esta: nós temos de reduzir a fatura energética, é uma implicação do PAEL, a Câmara Municipal aderiu ao PAEL e uma implicação é que temos que reduzir essa despesa em cerca de 10%. É claro que têm que haver critérios, concordo plenamente. O critério que foi estipulado foi desligar-se as lâmpadas onde houvesse pinhais e deixar tudo ligado ao pé das casas. O que também está a acontecer, e eu tenho conhecimento disso, é que há muitas lâmpadas que estão fundidas e não estão a ser substituídas. Isto é que é uma realidade e há uma empresa que está a trabalhar, que é o Paínhas, que tem este tipo de responsabilidade e não está a substituir as lâmpadas porque as condições são estas. Tem que haver redução, somos obrigados a reduzir. As instruções que foram dadas foi para reduzir na zona de pinhal e deixar tudo ligado onde houvesse casas. No que diz respeito à casa mortuária, já não concordo com o José Correia quando fala na necessidade da sua construção, nós temos aqui umas instalações, penso que se pedirem estas instalações à Junta de Freguesia, pode vir para cá uma pessoa falecida, penso que eles não devem ir contra. Nós neste momento em S. Pedro do Sul já temos demasiados edifícios públicos, nós temos é que conservar aqueles que temos, já há edifícios públicos que não estão a ser utilizados. Em vez de estar a construir, penso que esta poderá ser uma alternativa. No que diz respeito à questão dos brasões de armas, concordo naquilo que o José Correia disse. Os brasões estavam à chuva, estavam nas mesmas condições que estão agora, estavam à chuva e ao vento, estavam na horizontal. É uma situação que eu, conversando com o Dr. Matos, pensámos em retificar aquilo que está e pô-los na vertical. Se estiverem na vertical, já não estão tão expostos à erosão. No que diz respeito à D. Isabel, a Dr.^a Teresa vai ver qual é a situação e a resposta da



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eletricidade também já está dada. Em relação aquilo que disse o senhor Fernando, a questão do desvio da água é uma questão que eu quero cá vir ver pessoalmente. Em relação à D. Alice, também pessoa que conheço há muitos anos, estou à vontade para falar com ela. Tem que haver alternativas, quem tem os terrenos de baixo tem que levar sempre com a água, isso é indiscutível. Agora poderemos é minimizar e tentar rever outras soluções. No que disse o Dr. Fernando, queria ele que nós viéssemos aqui anunciar boas novas. Falam aqui no saneamento, Serrazes afinal irá ser servida de saneamento, portanto que não tinha até aqui. É a primeira freguesia que tem praticamente o levantamento todo feito ao nível topográfico, sem o qual não se conseguia fazer o saneamento e resolver algumas situações de água que ainda faltam. De forma que a boa nova que aqui podemos vir trazer é a questão do saneamento, um assunto que pensamos no prazo de 1, 2 anos termos concluído.”-----

ORDEM DO DIA:

3.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A “ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”;

O Vice-Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “Relativamente à situação financeira, queria dar-vos quatro indicadores e se começarem a olhar para eles, em termos de execução da receita, isto com dados a 19 de dezembro, há valores em que já temos uma taxa de execução superior a 100%, acima do valor que tínhamos previsto no orçamento. Neste momento, em termos de receita, tínhamos, antes da Revisão Orçamental, uma taxa de execução de 72%. Há aqui indicadores que têm taxas de execução muito acima do que até aquilo que nós tínhamos previsto, nomeadamente de impostos diretos, impostos indiretos, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade. Ao contrário do que diziam, nós não andamos a lapidar o património, podem verificar que apenas executamos 7% do que tínhamos previsto em orçamento, isto é, não andamos aí a vender o património ao desbarato. Se considerarmos que entretanto adquirimos terreno para saneamento, se calhar temos mais património do que aquele que vendemos. São estes os principais indicadores do ponto de vista da receita. Em termos das despesas, também gostava que vissem o seguinte: estes dados como são a 19 de dezembro, já têm a totalidade dos custos com o pessoal do ano. Estamos 500.000€ abaixo da dotação orçamental que tínhamos em termos de custos com o pessoal. Também estamos a gastar muito menos com juros, por isso é que fomos tentando pagar um conjunto de empréstimos e reduzimos o valor do empréstimo a curto prazo que tínhamos. Foram estes os principais indicadores para chegarmos a estes valores. Mas queria alertar-vos para o código 10, dos passivos financeiros, tem aí um valor que diz despesa paga, 1.900,00€. Este é o valor que nós pagámos no ano de 2014 e é de empréstimos feitos por executivos anteriores. Esta Câmara, em 2014, já pagou quase 2 milhões de euros só de empréstimos, aqui não estão incluídos os juros, é só amortizações de empréstimos. Quando dizem que nós não temos dinheiro, nós temos que andar a pagar o que está para trás para tentar limpar e neste ano já pagamos quase 2 milhões de euros só de empréstimos. Evolução da dívida, a dívida de médio e longo prazo, tem aqui valores comparativos desde quando nós chegamos à Câmara com os valores de agora. Médio e longo prazo, nós começamos com quase 7 milhões de euros, neste momento temos 5,2 milhões de euros, reduzimos no médio e longo prazo 1,6 milhões de euros. No curto prazo começamos com

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

5,2 milhões de euros, estamos com 3,8 milhões de euros. No total, desde que chegamos à Câmara Municipal, só na Câmara, sem contar a Termalístur, até porque depois as contas serão consolidadas e serão apresentadas no próximo ano, já baixamos a dívida na Câmara em 3.182 mil euros. Isto é, num ano conseguimos baixar 3 milhões de dívida, sobretudo, em termos de curto prazo, podem ver onde é que nós baixamos mais, sobretudo fomos pagando a fornecedores e muitos deles, é bom que se diga isto, eram empresas do nosso concelho, a quem nós tentamos sempre dar prioridade, isto é, nós fomos tentando, obviamente que não conseguimos pagar a todos, até porque se vocês repararem nós ainda devemos quase 4 milhões de euros de dívida de curto prazo. Tentamos privilegiar as empresas do concelho para não lapidarmos a economia local em detrimento de outras situações que agora de certa forma estão à perna connosco, por exemplo, o Planalto Beirão ou a Transdev, que era a Empresa Guedes, mas nós tentamos sempre privilegiar as empresas de cá e, se possível, fomos tentando pagar aos empresários do nosso concelho para que não fiquem numa situação tão afritiva, na qual alguns ainda continuam e no próximo ano, já em janeiro, vamos tentar celebrar acordos de pagamentos com alguns para que a situação de tesouraria não fique tão afritiva. Queria deixar-vos este dado, que acho que é importante que é termos baixado 3 milhões de euros em um ano e um mês. Antecipando já aquilo que foi dito, de forma gravíssima, na última Assembleia Municipal, quando disseram que isto decorria de engenharia financeira, nós na Câmara não temos nenhum engenheiro financeiro. Estes valores são reais e se repararem os senhores membros da Assembleia, receberam na documentação um relatório do ROC, avaliando o 1º semestre do ano. Se repararem, nesse relatório, certificado pelos nossos ROC's, ROC,s esses que eu tenho de sublinhar, foram contratados pelo Executivo anterior, por isso não há que duvidar, não há aqui demagogia nem engenharia financeira. Também lhes posso dizer que nós lhes renovamos o contrato porque confiamos neles, com uma ressalva, baixamos o contrato em 25%. Todas estas baixas, neste tipo de contratos, é que fazem com que nós aqui estejamos com menos 3 milhões de dívida. Mas queria deixar essa ressalva, esse relatório do ROC, relativo a junho, já fala numa redução de dívida, na altura, de 1,6 milhões de euros. Agora chegamos a dezembro e estamos com 3 milhões, isto para vos dizer que estes valores são reais, são efetivos. No próximo ano não sabemos o que vai acontecer porque, como disse o senhor Presidente, e muito bem, estamos dependentes do próximo Quadro Comunitário e nós, tudo o que possamos aproveitar, não vamos estar aqui tão preocupados com a dívida. Neste momento a redução da dívida é de 3 milhões de euros. Na evolução das despesas com o pessoal, em 2013 houve um aumento significativo e deveu-se, sobretudo, ao facto de em 2012 não ter havido subsídio de férias e subsídio de Natal. Em 2013 tivemos a reposição do subsídio de férias e o pagamento em duodécimos do subsídio de Natal. Se compararmos os valores reais de 2013 com 2014, não reduzimos custos com o pessoal, ao contrário do que andavam a dizer que nós tínhamos aumento dos custos com o pessoal, reduzimos custos com o pessoal e não reduzimos mais ainda porque, como sabem, estivemos três meses em que tivemos que pagar os vencimentos sem os cortes, daquela medida que foi considerada inconstitucional e durante três meses nós tivemos que pagar os vencimentos com a base de cálculo de 2011, porque senão a redução de custos com o pessoal ainda tinha sido maior. Portanto, de 2013 para 2014 há aqui uma pequena baixa. Também aqui, relativamente aos juros, os nossos valores de 2013 tinham disparado e agora voltamos a baixar por duas razões: pela oscilação das taxas de juro e, em segundo lugar, porque a partir de 2013 começaram

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

a ser pagos juros e encargos decorrentes do PAEL, o que fez com que tivessem disparado. Em 2014 conseguimos estabilizar os juros, não faz sentido num só ano a Câmara Municipal pagar mais de 400.000€ só de juros, isto é insustentável. É isto que nós estamos a tentar limpar porque no futuro, se estivermos a pagar quase 400 ou 500 mil euros de juros, isto dá para fazer o saneamento em duas ou três freguesias. Nós vamos ter que começar a baixar estes custos financeiros para começar a ter dinheiro para efetivar essas obras que foram aqui faladas. Fundos disponíveis é uma situação que tem gerado alguma controvérsia e sobretudo porque algumas pessoas não sabem o que é isto dos fundos disponíveis e a Lei dos Compromissos. Os fundos disponíveis é um cálculo com base na Lei dos Compromissos que permite aferir se, em determinada data, a Câmara tem disponibilidade para assumir qualquer despesa. Quando estamos a falar de despesas, tanto poderão ser considerados os custos com pessoal, o pagamento da eletricidade, como alcatroamento, todas elas são despesas e estão enquadradas na Lei dos Compromissos. O que a Lei diz é que se nós não tivermos fundos disponíveis positivos, não podemos efetivar nenhum desses compromissos. Esta Lei, levada à letra, levaria a Câmara forçosamente a fechar as portas. Obviamente, têm sido autorizados compromissos para aquelas situações que são consideradas, perante a lei, inadiáveis e que podem pôr em causa o normal funcionamento do Município. Nesse âmbito, a Câmara Municipal teve uma inspeção da Autoridade Tributária, inspeção essa de que nós ainda não temos o relatório final, aliás, foram inspecionadas 60 Câmaras e ainda está para sair o primeiro relatório. Eu tenho conhecimento, em off, da Câmara Municipal da Figueira da Foz, cujo Presidente é um juiz e que está a ser preparada uma oposição a esse relatório porque efetivamente a Câmara da Figueira da Foz tem o mesmo problema que o nosso e, obviamente também foram autorizados compromissos em fundos disponíveis, assim como Santa Comba Dão, Moimenta da Beira, Lamego e outras Câmaras do distrito. Para este cálculo dos fundos disponíveis contam as despesas que nós temos nos próximos 90 dias e nós temos uma estrutura pesada com os custos com o pessoal, que anda na ordem dos 500.000€/mês, que faz com que este cálculo dispare logo, só para custo com pessoal de três meses é logo 1,5 milhão quase. Depois temos os resíduos sólidos, os transportes escolares, a eletricidade, etc. Tudo isto conta para aquelas despesas que estão certas e que nós já sabemos de antemão que vamos ter. Aqui também conta a dívida de curto prazo e depois também temos que ir buscar as receitas dos 90 dias. Esta diferença é que leva ao cálculo dos fundos disponíveis. Quando chegámos à Câmara, este cálculo tinha um valor negativo de 3,5 milhões de euros. Nós já o conseguimos reduzir para 1.600.000€, houve 2/3 meses deste ano em que conseguimos ter estes fundos disponíveis positivos. Isso permitiu-nos efetivar alguns compromissos que eram aqueles que poderiam não ser considerados inadiáveis. E é aquilo que temos feito nomeadamente para a atribuição de subsídios a coletividades ou até transferências condicionadas. Temos aprovado isso em sede de reunião de Câmara, mas condicionado à existência de fundos disponíveis. Quando este valor passar a positivo, essas primeiras despesas que foram autorizadas mas que ficaram condicionadas, são as primeiras a ser efetivadas. Temos, neste momento, muitas situações dessas, desde apoio a coletividades desportivas, culturais e até algumas JF têm algumas situações dessas pendentes. À partida, em janeiro/fevereiro iremos ter esses considerados fundos positivos, conseguimos aqui uma melhoria de mais de 50%, passar de 3,5 milhões de euros negativos para 1,6, com uma ressalva que não jogou a nosso favor, em abril tivemos que colocar 700.000€, como sabem, na Termalístur e esse valor também contou

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

com o cálculo dos fundos disponíveis. Se não tivéssemos esses 700.000€, o valor andaria agora nos 900.000€ negativos. Também receberam no relatório do ROC e relativamente ao primeiro semestre, há aqui um conjunto de indicadores que atestam que nós, do ponto de vista dos rácios ou da informação financeira, melhoramos aqui uma série de indicadores, a autonomia financeira, a capacidade de endividamento. Há aqui um conjunto de indicadores financeiros e contabilísticos que podem querer dizer que isto é meramente financeiro ou contabilístico mas isto é muito importante, como vemos num dos pontos da Ordem de Trabalhos que vamos ter a seguir, a contratação de um empréstimo curto prazo. Estes indicadores são analisados pela banca e fez com que nós este ano tenhamos uma taxa de juro ou um spread com valores significativamente melhores do que o que conseguimos noutros anos. Melhorando os rácios e a informação financeira, faz com que a banca nos empreste dinheiro a valor mais baixo e que fez com que nos anos seguintes o valor dos juros que nós paguemos seja efetivamente menor. Tudo ajuda, por isso é que tivemos que este ano efetivar, de certa forma, esta limpeza para conseguir ter aqui melhores indicadores para apresentar e para que a banca olhe para nós com taxas de juro muito mais aliciantes. Ao contrário dos outros anos, têm essa informação a seguir, o empréstimo curto prazo, e pela primeira vez nos últimos anos tivemos 5 bancos a concorrer. Noutros anos tínhamos quase que andar a pedir aos bancos para concorrerem e agora são os próprios bancos que se propõem aos empréstimos. Isso atesta que a situação financeira está melhor, mas ainda há muita dívida para pagar, apesar da situação ter melhorado alguma coisa.” A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção: “Agradeço a exposição, meios de tecnologia, assim facilita a todos os assistentes, mais do que com os papéis. Relativamente a este ponto parece-nos realçar uma questão que aparece no relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 1º semestre e que é negativo para o executivo, no que diz respeito aos fundos disponíveis. É de referir nesse relatório que a lei não está a ser cumprida, nomeadamente o art. 7º do DL n.º 127/2012, de 25 de junho, na questão da assunção de compromissos pois constata-se um valor negativo de fundos disponíveis em praticamente todos os meses do 1º semestre. Aliás, também foi já referido pelo senhor Vice-presidente, valor esse que, segundo o relatório em causa, tem vindo a evoluir. Na última reunião do executivo, a propósito da utilização de equipamentos por parte da Câmara Municipal, como sejam andaimes, entre outros, o senhor Presidente terá dito que uma mão lava a outra. A troca destes favores dos empreiteiros à Câmara, para o funcionamento/andamento das obras, a Câmara retribuiria esses favores com outros favores, o que configura uma situação que contraria os princípios da legalidade, já para não falar da falta de transparência e da litura processual. Neste cenário, as perguntas que se impõem são as seguintes: O senhor Presidente confirma, de facto foi este o sentido que deu à expressão na referida reunião, assume o senhor Presidente que a lei é para cumprir, a lei dos fundos disponíveis. Pelas palavras do senhor Vice-presidente também podemos, por vezes há necessidade de avançar com as situações, ainda que de forma condicionada. Como é que justifica a posição da Câmara face a esta referência que vem expressa no relatório do auditor externo, sobre a violação da lei, na assunção dos compromissos e qual é a opção da Câmara relativamente aos fundos disponíveis? Mas tenho a impressão que o senhor Vice-presidente já respondeu a esta pergunta. Se bem entendi, referir que a Câmara avançava, de forma condicionada em algumas situações, até os fundos negativos estarem disponíveis. Se não é isto, agradecia que me esclarecesse.” O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Almeida (PS) realçou a bom trabalho do Município em reduzir a dívida em 3 milhões, um mérito que a oposição deveria sublinhar e aplaudir. O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “Senhora deputada Ester queria dizer-lhe o seguinte: quando se foi referido que “uma mão lavava a outra”, era no sentido de querer dizer que não queria de maneira nenhuma ficar amarrado a qualquer empreiteiro municipal. O que se pretende é, no meio disto tudo, nós termos de comprar os equipamentos de forma a que não fiquemos agarrados a nenhum empreiteiro, coisa que, se calhar no passado não terá existido. No que diz respeito aos fundos disponíveis, a senhora deu a resposta aos muitos Presidentes de Junta que aqui estão e que hoje já fizeram pedidos de obras, a senhora deu-lhes a resposta. Com 1,8 ou 1,6 milhões de euros de fundos negativos, a bancada do PSD não sei o que é que quer. Por um lado a senhora vem-nos dizer, enquanto líder de bancada, que podemos estar aqui a incorrer em crime. Então, acho que deve dar uma resposta aos membros da sua bancada e explicar-lhes para que tenham consciência que efetivamente não lhes podemos acudir mais do que aquilo que a gente já lhes faz porque efetivamente não temos fundos. Era bom que ao nível de bancada se entendessem e que chegassem a uma concertação. No que diz respeito ao que disse o deputado André Matias, ele tem toda a razão, ainda não vi aqui a bancada da oposição dar os parabéns pelas contas que estão aqui apresentadas. 3 milhões de euros não é, como diz o André Matias, não é ir daqui ali abaixo ao rio e tomar banho e reduzir fundos negativos de 3,5 milhões para 1,6, também acho que é muito bom. E ficava muito bem à oposição dar a mão à palmatória e dizer que esta Câmara está a andar muito bem. Ao contrário daquilo que disse o Dr. Mário Almeida no jornal, naquilo que escreveu, números são números, não há engenharia financeira e vocês têm aqui oportunidade para verificar isso mesmo.” O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço fez a seguinte intervenção: “Eu queria dizer, sobre a Lei dos Compromissos e que isto fique de vez esclarecido, tem a ver com a Troika. A vinda da Troika pressupõe que, olhando para os Municípios, eles eram, salvo algumas exceções, o parente pobre em termos de discussão orçamental, em termos de dívida etc. E houve a necessidade de criar aqui um mecanismo de pôr travão a este endividamento que muitas Câmaras têm, inclusive na de S. Pedro do Sul. A Lei dos Compromissos foi feita para pôr travão a este tipo de situações. Foi uma forma que o Governo, penso eu, que articulado com a Troika, criou com um mecanismo para pôr travão aos Municípios em termos de compromissos que estavam a assumir. A Lei dos Compromissos fazia sentido se partisse de uma base zero. Só que quando nós chegámos cá, o saldo já era negativo, a dívida já vinha detrás e nós tivemos que assumir uma base negativa. Também é verdade que esta lei é cega. A própria lei prevê, no seu art. 9º, que os tais compromissos que nós temos assumido, com fundamentação, são chamados inadiáveis e urgentes, aquilo que para mim ou para o senhor Presidente pode ser considerado, e não há jurisprudência ainda desta lei, por isso é que estamos todos à espera. O executivo anterior desta Câmara e bem, também está à espera desta inspeção de forma ansiosa e eu percebo porque, não havendo jurisprudência sobre isso, não conseguimos perceber se aquilo que eu estou a dizer, “Ok, eu autorizo o compromisso”, pode ser coincidente com a visão de quem está a fazer a interpretação da lei, ou se esse compromisso não devia ter sido autorizado. Estamos aqui numa situação que nem nós próprios sabemos se aquilo que estamos a autorizar está correto. Aquilo que eu disse nos que estavam condicionados são aqueles que nós efetivamente temos a certeza que são considerados não inadiáveis, subsídios às coletividades, são considerados supérfluos, as Festas da Cidade ou outro tipo de atividades ou



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

festivais de folclore, essas é que ficam condicionadas. Agora a interpretação que também está a haver, da Associação Nacional de Municípios não sei qual é a posição, até do próprio PS a nível nacional e do próprio PSD é que, a curto prazo, esta lei vai ser alterada e isto, penso eu e faz todo o sentido, que esta lei seja mais agilizada, que haja aqui mais alguma abertura porque esta lei é completamente cega. E depois há aqui outro aspeto fundamental que é, quando tivermos o resultado da inspeção, o nosso contraditório. A base da lei é que os Municípios não se endividem tanto, comecem a pagar a tempo e horas, por isso é que criaram a Lei dos Compromissos. Se chegarem a S. Pedro do Sul e disserem “têm fundos negativos, autorizaram aqui alguns compromissos mas os fundos estavam em 3 milhões e passaram para 1.600, a evolução é positiva, estão a reduzir a dívida, estão a cumprir os prazos, não estão a aumentar os prazos médios de pagamento”. Se nós conseguirmos ter estes indicadores positivos, tudo bem. Agora para aquelas Câmaras que ainda assim estão a disparar todos estes indicadores, de certeza absoluta que irão ter problemas do ponto de vista pessoal para os seus autarcas. Há aqui um conjunto de situações, por exemplo quando não aparece uma avaria numa viatura, eu tenho assumido sempre o compromisso com fundos negativos, sem qualquer tipo de problema e disse à Autoridade Tributária e eles disseram que se calhar também teriam de fazer o mesmo. Até que ponto isso será inadiável ou não? Não há fundos disponíveis, encostem a viatura. Isto é a interpretação da lei, agora como é uma lei recente, nós não sabemos qual foi o espírito da lei e de quem a fez. Quando nos acusam de estarmos sempre a falar dos fundos disponíveis, vejam, isto é a base de hoje de qualquer Câmara Municipal. A Lei dos Compromissos sobrepõe-se a qualquer legislação que tenha implicação do ponto de vista autárquico.” Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.2 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015”; -----

O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço fez a seguinte intervenção: “Há aqui várias coisas que fizeram alterar as Propostas de Orçamento e o Plano. O facto de, e que nós temos de deixar aqui bem vincado de forma negativa, o próximo Quadro Comunitário, todos os fundos comunitários, sejam eles para as Associações, para as Juntas de Freguesia e toda a gente já viu em todo o lado, 2014/2020, e nós estamos em dezembro de 2014 e não há candidaturas abertas, aliás somos quase todas as semanas convidados enquanto executivo, para irmos a Coimbra/Lisboa e variadíssimos sítios para ser apresentada a estratégia do próximo Quadro, já ando farto disto. Fala-se de estratégia, mas o que as pessoas querem é o dinheiro para as candidaturas que esteja aberto o Quadro. Torna-se muito difícil para nós fazermos o orçamento para o próximo ano porque nós, neste momento, não sabemos com que linhas nos vamos coser, ainda com uma agravante, é que este orçamento que hoje vem aqui, em sede de Executivo de Câmara, quando antes podia ser aprovado até 31 de dezembro, agora tem de ser aprovado até 31 de outubro. Mais dificuldade nos deu, até dezembro já poderíamos ter aqui alguns indicadores mais concretos do próximo Quadro. Mas como teve que ser aprovado até 31 de outubro, torna-se ainda mais complicado. Por outro lado, o overbooking e isto é, este Quadro Comunitário que está a ser finalizado em 2013, que tinha determinado plafone para determinadas áreas, seja estradas, saneamento, o que quer que seja, como alguns projetos, sejam eles particulares ou de Municípios ou até de Universidades e afins, como alguns desses projetos caíram, não foram

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

executados, esse dinheiro regressou às entidades promotoras e essas entidades estão a libertá-lo para novos projetos/candidaturas. Isto é, nós estamos a fazer um projeto, entretanto aparece um overbooking de outra área e nós vamos para ali. Não havendo um Quadro novo aberto, temos de nos sujeitar àquelas medidas que vão abrindo. Por exemplo, o POVT abriu, nós estamos a canalizar para lá e por exemplo, canalizamos para lá o projeto de saneamento de Santa Cruz da Trapa, o próprio Pavilhão de Santa Cruz da Trapa também estamos a tentar colocá-lo numa situação de overbooking. Estamos aqui a tentar jogar com o overbooking uma vez que o Quadro não está pronto. As grandes Opções do Plano que estão aqui, o facto de haver aqui situações colocadas sem definição ou em não definido, nada querem dizer. Tivemos que fazer opções, não invalida que, se abrirem candidaturas e conseguirmos apresentá-las e aprová-las e nós podemos sempre passar para definido e no limite até fazer revisões orçamentais. Desde que as candidaturas sejam aprovadas e o dinheiro venha, nós não temos problema nenhum nisso, até que se façam 3 ou 4, dentro dos limites normais. Tudo o que está aqui em termos de Plano foram, de certa forma, opções que nós tomamos em outubro, não quer dizer que ao longo do próximo ano não haja aqui alterações em função daquilo que eu disse. Outra ressalva também, não vale a pena estarmos aqui a culpar Executivos anteriores porque isto era transversal à generalidade dos Municípios. Como havia muita dívida, havia necessidade de extrapolar aqui algumas receitas, nomeadamente as vendas de património. O que esse orçamento diz e muito bem, é que os orçamentos dos Municípios têm de ter uma taxa de execução de 85% e limita as vendas de património à medida dos anos anteriores. Com essa base de cálculo, nós fizemos o orçamento mais realista de sempre, o que facilmente é comprovado, os valores totais que nós temos aqui no orçamento aproximam-se do valor de execução dos últimos, se calhar, 10 anos. Não faz sentido ter um orçamento de 30 milhões e depois executarmos 16 milhões. Estes são os pressupostos do orçamento. Quanto às receitas de capital, estão muito dependentes do próximo Quadro Comunitário, que é aí que nós vamos buscar a grande fatia. Por exemplo, o projeto que vai ser apresentado hoje da nova ETAR, S. Pedro do Sul/Vouzela, é um projeto de 4,2 milhões de euros é o investimento da ETAR, da candidatura, metade de S. Pedro do Sul são logo 2 milhões e tal só para aqui. Todos os outros valores, a despesa corrente é a média dos últimos anos, são os valores que nós temos vindo a apresentar. Em 2002, 2003, 2004, 2005, os orçamentos andaram na ordem dos 30 milhões, isso não faz qualquer sentido. O próprio executivo anterior já tinha começado a baixar esse orçamento para valores mais reais e nós agora ainda baixamos mais. Aqui na receita prevista, temos aqui o valor dos impostos diretos, o IMI é uma receita importante para a Câmara Municipal, temos os rendimentos de propriedade que são sobretudo as rendas da Termalístur e das Eólicas, que também são fatias importantes para nós e depois são outros valores com menos significado. Nas despesas, as despesas com o pessoal: nós optamos por colocar no próximo orçamento um valor próximo do valor que estava previsto em orçamento para este ano. Não sabemos se para o ano vai acontecer alguma situação como tivemos este ano, de terem sido consideradas inconstitucionais os cortes dos salários, portanto nós estamos precavidos mas os cortes nos salários, achamos que este valor não vai ser todo utilizado, à semelhança do que aconteceu este ano. Estamos aqui a prever uma despesa com o pessoal de 6,6 milhões de euros, à partida teremos aqui 300.000€ de execução abaixo. O valor dos juros também anda à volta dos 300.000€. Qualquer dúvida podem ir perguntando alguma informação adicional. Tem aqui os vários projetos que estão no orçamento que podem ser



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alteradas em função do que vier, ou não, a ser aprovado no próximo Quadro.” O Deputado Municipal António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões (PSD) afirmou que a sua união de freguesias estava a ser bem contemplada com a requalificação do Calvário, o saneamento de Vila Nova, o Pavilhão Multiusos e a conclusão da Estrada da Landeira. Questionou o executivo sobre o facto do Pavilhão de Santa Cruz da Trapa ser igual ao que existe em Arcozelo das Maias, que custou 500 mil euros, e o de Santa Cruz custar 371 mil euros. Referiu que houve transferência de competências do Município para as Juntas de Freguesia e a verdade é que ainda não transferiram verbas, assim como a colaboração já solicitada, que inclui uma máquina e camiões.” O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) fez a seguinte intervenção: “Ao contrário do que já foi aqui dito, direi que acho que há estratégia na ação do executivo do nosso Município e uma estratégia que é clara. Desde logo ao apresentar-nos documentos orçamentais e de opções de obras realistas, sem recorrer a subterfúgios de venda de centenas de campas conforme chegou a acontecer, ou milhares e depois vejo que há alguma contradição naquilo que a nossa colega e amiga Dr.^a Ester Vargas diz porque quando ela fala numa pulverização de obras então é sinal que há aqui estratégia interventiva. Pulverização/dispersão leva a desenvolvimento, a intervenção um pouco a todo o lado, o que quer dizer que também não há concentração. De qualquer das maneiras eu acho que há efetivamente estratégia. E há estratégia, por essa questão que eu disse do realismo orçamental e de intervenção no terreno mas também há estratégia desde logo quando a Câmara pensa controlar a questão da dívida porque uma casa onde não haja governo sério das contas, é uma casa desgovernada. E a casa desgovernada não leva a lado nenhum. A partir do momento em que a Câmara tenha as contas controladas, pode partir daí para outra ação. E depois, já foi aqui dito e redito que há uma aposta clara deste executivo, que é a aposta no saneamento básico. Esta é uma falha dos diversos executivos que têm passado pelo poder da nossa terra, que nos deve envergonhar. Chegarmos ao século XXI e S. Pedro do Sul ter uma taxa de cobertura baixíssima de saneamento básico é uma vergonha para todos nós. Já deveríamos estar noutra fase do desenvolvimento local e concelhio. Isto vai implicar recolocação de tubagens onde já foi feita a colocação porque muita obra vai ter que ser revista. Conclusão de obras que foram iniciadas e nunca concluídas. Vai implicar rebentamentos de pavimentos que foram feitos e isto vai implicar desperdícios de dinheiro e devíamos estar exatamente na fase contraditória, da racionalidade. Em relação ao orçamento que aqui nos é apresentado em relação ao Plano de Atividades, o que me preocupa e disse-o ao senhor Vice-presidente, responsável pelas contas, que o importante é que nesses documentos, perante a indefinição do QCA (Quadro Comunitário de Apoio), porque nunca mais arranca, o importante era abrir as rubricas. Quando estive no executivo há uns anos, nós tínhamos uma tradição que era a chapa 100, não sei se estão lembrados. Os orçamentos que nós apresentávamos às Assembleias Municipais, havia as rubricas com uma dotação de 100 contos. Porque o importante era abrir as rubricas porque quando houvesse oportunidade de realizar uma obra, de candidatar uma obra, a rubrica estava aberta e poder-se-ia avançar para a execução com uma alteração orçamental ou uma revisão orçamental. Daqui a bocado vamos discutir aqui a 1ª revisão orçamental. Estamos no final do ano, uma única revisão orçamental, uma questão de pensarmos mais largo/longe e ir até Lisboa e vermos quantas revisões não fez o Governo da Nação este ano. Porque de facto, hoje em dia navega-se muito à vista, tal a indefinição da

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

movimentação dos dinheiros, nomeadamente comunitários. Se fosse Presidente de Junta de Freguesia também estaria, de alguma forma, preocupado ao não ver determinadas situações contempladas em concreto, mas acho que sinceramente, a Câmara já deu provas que tem algum sentido/noção da justiça, independentemente da colaboração política que gere as freguesias. O importante é que os documentos incluam a melhor salvaguarda/cláusula que podemos ter, que é as rubricas abertas e com uma dotação, ainda que mínima.” O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) fez a seguinte intervenção: “Em relação às grandes Opções do Plano, por ele ser coerente e acho que a política também se faz de coerência, eu disse há um ano a esta parte, que me abstinha, dava o meu voto de abstenção às grandes Opções do Plano porque nelas não estavam consideradas nenhuma obra na União das freguesias de Carvalhais e Candal. Por haver já obras definidas em Candal, a Variante de Candal e também outra da freguesia de Candal, que é a conclusão da Estrada da Landeira, eu vou votar favoravelmente este Plano. Contudo, como se faz na avaliação, há o satisfaz menos e o satisfaz bastante. Eu voto favoravelmente com um satisfaz menos porque em 92 páginas da apresentação do orçamento e das grandes Opções do Plano, como eu disse há um ano atrás, fogem de Carvalhais como o diabo da cruz. Não há uma menção a Carvalhais e a freguesia também é Carvalhais. Gostava que o senhor Presidente ou Vice-presidente me esclarecesse como é que ficavam aquelas necessidades dadas, nomeadamente necessidades que foram apontadas, em termos de saneamento básico pedidas à Câmara Municipal e que falamos ultimamente. Também, e por estar também em Serrazes, há uns 6 anos a esta parte, foi feita uma ligação de Freixo a Penso e que seria para ligar à EN 227. Isso era naquela altura em que ia tudo para Carvalhais mas o problema é que a estrada passou em cima da ponte porque do outro lado era Carvalhais. Queria que quando houvesse disposição financeira para fazer algum arruamento, que se contemplasse também aquele troço de estrada entre Penso e Passos, embora esteja na minha freguesia, serve certamente mais Serrazes. Não quer dizer que eu esteja aqui a defender Serrazes porque Serrazes está muito bem defendido pelo senhor António, mas era só para lavar aqui a minha honra porque na altura fui acusado, até inclusivamente pela população de Serrazes e pela própria Junta de Freguesia de então, que não tinha feito a minha parte na reivindicação desse troço de estrada. Fi-lo por várias vezes, em correspondência trocada com a Câmara Municipal e até em sede de Assembleia Municipal e venho aqui reiterar esse pedido. Contudo, voto favoravelmente o Plano mas com um satisfaz menos.” O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “Queria dizer aqui ao senhor Presidente da União das freguesias de Carvalhais e Candal que, embora a estrada que falou não esteja prevista para 2015, espero que o pedido seja atendido num curto espaço de tempo. Tem toda a razão naquilo que disse. Para já não é possível pelas condicionantes que sabe, quando for possível, será atendido. No que diz respeito àquilo que disse a deputada Ester, estive aqui horas a discutir os fundos disponíveis, a senhora deputada inclusive veio aqui dizer que a Câmara Municipal poderia andar a gastar, não tendo fundos disponíveis, aliás, os senhores Vereadores da Câmara Municipal já nos pediram a relação das obras que tinham sido pedidas e depois a senhora deputada vem aqui e diz que o orçamento e o Plano que não é assim muito bom, não há estratégia. A senhora sabe dizer neste momento qual é a estratégia do Governo que ao nível de QREN, ainda não tem o QREN cá fora e nós neste momento não sabemos aquilo que vai sair. A senhora deputada da Nação, a senhora sabe? Pois não tem, como é que nós ao nível

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

do Município podemos ter uma estratégia completamente definida se nós não sabemos aquilo que vai ser possível candidatar para o ano? Então a senhora vem acusar o Município de não ter estratégia quando o próprio Governo não nos diz quais são as linhas com que podemos concorrer? Eu posso-lhe dizer que quase todas as semanas tenho reunião na CIM e numa semana dizem-me uma coisa, na semana seguinte dizem-me outra, informações completamente contraditórias. Como disse o senhor Vice-presidente, eu tenho ido a reuniões a Coimbra, a Viseu, a Lisboa, a Tondela e em quase em todas as reuniões oiço opiniões completamente contraditórias. Até há 15 dias atrás não havia dinheiro para estradas, agora vai haver dinheiro para estradas! Agora diga-me, como é que eu consigo pôr os engenheiros da Câmara e os arquitetos a trabalhar? Ou em Pavilhões, ou em estradas ou outro tipo qualquer de infra estruturas? Eu não posso porque já comecei a pôr os engenheiros a trabalhar numa determinada área. Tive que os mandar cancelar e parar para irem trabalhar agora as estradas porque vai haver dinheiro para estradas. Se nós não apanharmos agora o overbooking de estradas, e é bom que tenha consciência disso, não vai haver dinheiro no futuro para estradas. As nossas estradas infelizmente vão continuar esburacadas de forma que agora nestas semanas, estamos a falar até meados de janeiro, eu tenho que pôr os engenheiros a trabalhar o mais possível sobre estradas porque se não apanharmos este comboio, não vamos apanhá-lo mais. Não me venha dizer que a Câmara Municipal não tem estratégias, a Câmara tem estratégias, temos que abarcar um bocadinho de tudo para quando abrirem os Fundos Comunitários podermos ir um bocadinho a tudo, dentro daquilo que abrir. De forma que não há estratégia possível quando o Governo não nos dá as linhas orientadoras. Também falou que as juntas não têm sido consultadas. Eu fui Presidente de uma Junta durante 16 anos, nunca fui ouvido durante 16 anos para aquilo que eu queria para a minha freguesia e agora a senhora ao fim de 1 ano já nos está aqui a falar que os Presidentes de Junta não são ouvidos? Para ser diferente, eu digo-lhe o seguinte, temos sido diferentes em muitas coisas e a senhora sabe disso. Por acaso nunca vi a senhora vir aqui gabar a Câmara Municipal por aquilo que foi diferente para melhor. Era bom que a oposição muitas das vezes também viesse dizer aqui, a Câmara trabalhou bem nisto. Nunca ouvi a oposição dizer isso. E é bom que a oposição faça a sua oposição mas também que diga quando as coisas estão bem. A oposição é para tudo, é para criticar e é para louvar e para isso cá estamos. No que diz respeito ao senhor Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões, queria dizer-lhe o seguinte: no que diz respeito do dinheiro ser pouco para aquela obra, admito que possa ser pouco. Mas também lhe quero dizer o seguinte. A obra de Vila Nova, o saneamento, estava previsto gastarmos lá 150.000€, vai ser entregue ao empreiteiro por 105.000€, estamos a falar para aí em 30%. A estrada ao pé da cadeia também estava previsto gastarmos 370.000€ e vai por muito menos. Como sabe os empreiteiros infelizmente não têm obras públicas para fazer e têm que baixar os preços. Mas embora não seja este o motivo e agora vou explicar aqui a todos qual o motivo: o Pavilhão de Santa Cruz da Trapa é um Pavilhão que nós andamos a ver se fazíamos o projeto para tentar candidatá-lo em overbooking. Conseguimos esse projecto a tempo e horas, candidatámo-lo, ao contrário daquilo que pessoas do PSD disseram, mas como não havia fundos disponíveis, tivemos de parar, talvez em fevereiro/janeiro. Entretanto, houve a hipótese de novamente o podermos candidatar, estamos a pensar em janeiro termos fundos disponíveis e candidatamo-lo. Só quando abrimos agora o concurso para essa mesma obra, punha-se o caso de, não termos fundos disponíveis quando abrimos e para o

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Tribunal de Contas, se não havia fundos disponíveis, era logo chumbado no TC, nem tínhamos hipóteses de ir candidatá-lo, morria logo à partida. Então, decidimos abrir concurso por um preço inferior. À partida sabíamos que o valor era baixo e mesmo assim houve quem concorresse e quem atribuisse um valor ainda mais baixo do que aquilo que nós propúnhamos. E o senhor Presidente de Junta sabe disso, ouviu na mesma altura que eu. Agora se me disserem, vai ser bem feito? Também tenho dúvidas. Mas há um concurso aberto, há um indivíduo que concorre, há uma empresa que concorre, nós temos que aceitar que a faça. Não podemos voltar atrás, não posso parar o concurso. Estrada da Landeira/Lourosa – a estrada da Landeira para o Candal, como pode calcular, a gente fala nas obras mas se houver fundos disponíveis. A Câmara não assinou acordo de competências, é a sua líder parlamentar que lhe dá a resposta. Então se nós não temos fundos disponíveis como é que podemos ir assinar um acordo com a Junta de Freguesia ou outra qualquer? Se nós não temos fundos disponíveis positivos, como é que podemos assinar protocolos com a Junta? Não há nenhum, diga qual? A Câmara faz a limpeza? A Câmara fez a limpeza lá como em outra freguesia qualquer, fez aquilo que pode. Andámos ainda há pouco tempo a limpar o Bouço, de forma que a Estrada da Landeira será efetuada se realmente houver fundos comunitários. A freguesia de Santa Cruz da Trapa andou a alcatroar perto da casa da Dr.^a Teresa, senhora Vereadora da Câmara mas não passou para a frente. Critica-se por um lado mas, quando foi ao contrário, porque é que não alcatroaram a casa para a senhora Vereadora? Alcatroaram antes, para a frente não alcatroaram. Sobre a questão das transferências, tomara eu fazer muitas transferências, muito sinceramente mas, como sabe não é possível. Sabe isso tão bem quanto eu. Não sendo possível, não pode haver transferências. Não houve obras, quer mais apoio, tomara eu dar muito mais. Sabe que já pediu a máquina para ir lá a Santa Cruz da Trapa e foi, foi quando foi pedido. Aquilo que acontece com Santa Cruz da Trapa, acontece também com outras freguesias. Falou na questão do Candal e a senhora deputada Ester abanou a cabeça na altura em que o senhor estava a falar. A senhora deputada depois critica porque estamos a gastar dinheiro sem ter fundos disponíveis. Não percebo, isto é uma falta de coerência a toda a prova.” O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço fez a seguinte intervenção: “Só para esclarecer a parte do orçamento, como sabem o próprio relatório diz: O orçamento assenta em três pilares fundamentais, um é o saneamento, nós se estivermos a pensar em eleições, nem sequer pensávamos no saneamento, pilar número dois é a Ação Social, é transversal desde a natalidade, aos jovens que estão na Universidade até aos idosos e aos apoios domiciliários. Terceiro pilar é aquilo que as pessoas têm reivindicado, que é melhorar as nossas infra estruturas, seja maquinaria, seja um conjunto de equipamentos para que possamos acudir, muitas vezes sem razão e nós não podemos acudir muitas vezes porque, por exemplo, muitas vezes a moto niveladora já passou mais tempo avariada e já gastamos para aí 6 ou 7.000€ só num ano com reparações. Este é o 3º pilar, vamos ter que modernizar, de certa forma, alguns equipamentos. Queria lançar aqui duas ou três notas que me parecem importantes. Nós quando aprovamos o orçamento, daí produz efeitos legais, mandamos a proposta para a oposição e ele antes de ser aprovado em reunião de Câmara, os senhores Vereadores da oposição do PSD podiam ter mostrado aos senhores Presidentes de Junta e apresentado uma proposta que seria aprovada ou não. Nós, dentro dos prazos legais, apresentamos uma proposta de orçamento aos Vereadores da oposição, mais uma vez, dos senhores Presidentes de Junta. Para além disso, nunca tiveram tanto tempo para analisar os documentos do orçamento como agora, quase dois



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

meses e nem assim conseguiram trazer aqui uma única proposta concreta para o orçamento. A única proposta que eu ouvi para este orçamento foi em sede de reunião de Câmara, que queriam que colocássemos no orçamento a Estrada de Termas/Vouzela, que é da responsabilidade das Estradas de Portugal e queriam que a Câmara a colocasse. Houve um senhor Secretário de Estado que, na altura, enquanto militante do PSD, veio à campanha eleitoral oferecer essa estrada e agora os do PSD queriam que fôssemos nós, Câmara, a colocar no orçamento a expensas da Câmara. Relativamente às situações pertinentes que os senhores Presidentes de Junta enumeraram, gosto de ser direto e objetivo e tenho que reconhecer aqui duas coisas. Primeiro, a posição do senhor Presidente da União de Freguesias de Carvalhais/Candal, que tem tido uma posição muito coerente, independentemente das questões partidárias, tenho de ressaltar essa situação. Depois, a questão de não haver fundos disponíveis e que o senhor Luís Teixeira falou em algumas transferências e agora, dando um exemplo concreto e acho que o senhor Presidente da Junta de Bordonhos não me vai levar a mal eu dizer isto. A Junta de Bordonhos tem uma situação complicada em que a Câmara Municipal já ajudou e precisa de ajudar mais porque de facto, é uma situação complicada, nós não conseguimos ajudar dada a situação dos fundos disponíveis e é uma situação que nós precisamos de ajudar, que a Junta de Bordonhos precisa da nossa ajuda e nós não o podemos fazer, é daquelas coisas que está condicionada. E o senhor Presidente da Junta de Bordonhos, se calhar é o que está aqui numa situação mais aflitiva e não se pronunciou. Por isso também tenho que reconhecer essa situação pela atitude. Para terminar, não entendi mas agradeço a senhora deputada Ester Vargas ter autorizado os senhores Presidentes de Junta a votarem favoravelmente o orçamento. Não percebi essa observação dizer que, se eles quisessem votar ou não o orçamento, mas agradeço. Significa que há disciplina de voto.” O Deputado Mário António de Almeida (PSD) declarou que o seu voto iria no sentido da abstenção uma vez que a sua freguesia estava contemplada no orçamento. O Deputado Municipal António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD) declarou que votava favoravelmente este orçamento por contemplar obras para a sua freguesia. A Assembleia Municipal deliberou por **maioria, com 22 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS) e Manuel



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), **8 votos contra** dos deputados Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) e **3 abstenções** dos deputados Mário António de Almeida (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e aprovar a Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2015. A **Bancada do PSD** apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Gostaríamos de salientar como bastante positiva a apresentação da documentação que nos foi remetida porque permite uma leitura fácil e bastante pormenorizada relativamente às opções para o próximo ano. Estes documentos previsionais que foram apresentados pelo executivo refletem já metade de mandato do atual elenco camarário. Verifica o PSD, analisando os referidos documentos, que não se deslumbra neles uma estratégia clara de desenvolvimento do concelho optando por uma rotineira pulverização de obras e de ideias genéricas sem o que o condutor ou elo de ligação entre elas, sobretudo com alguma falta de ambição. Constata-se que os desejos de fazer diferente afinal não passam disso mesmo. Com isto perde o concelho que continua à espera de uma alavancagem forte que valorize o potencial deste território. A metodologia seguida na elaboração no Plano de Atividades também não foi a mais conveniente. As Juntas de Freguesia não foram consultadas, no sentido de poderem dar os seus contributos. Além disso, também não foi respeitada a Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, Estatuto do Direito de Oposição, pois os titulares do Direito de Oposição não foram ouvidos logo após a elaboração dos projetos do Plano de Atividades, em prazo que permitisse aos mesmos, a pronúncia sobre os documentos em causa antes da sua aprovação pelo Órgão Executivo. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PSD votará contra os documentos apresentados, sem embargos os senhores Presidentes de Junta do PSD poderem votar de outra forma se virem as suas prioridades e necessidades contempladas.” -----

3.3 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2015 (PROPOSTA DE 0,25%)”;-----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

3.4 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL”;-----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com **1 abstenção** do Deputado Mário António de Almeida (PSD), aprovar a Proposta de Sistema de Indústria Responsável. -----

3.5 – ANÁLISE DO “RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL RESPEITANTE AO 3.º TRIMESTRE DE 2014”;-----

Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.6 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “NORMAS DO BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO”;-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.7 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ALTERAÇÃO ÀS NORMAS DE UTILIZAÇÃO DAS VIATURAS AO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO”;-----

A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção: “Tem a ver apenas com as viaturas que estão aqui referenciadas com asterisco e que, conforme é assinalado, têm estatuto diferente das demais viaturas, dando a entender que serão viaturas que não têm os níveis de segurança que são exigíveis. Não seria preferível retirar estas viaturas da cedência às coletividades? Pode estar em causa a segurança das pessoas e gostaria de recomendar que, caso elas venham a ser cedidas às coletividades, sejam sobre determinadas restrições e seja acautelado o transporte de crianças, aqui devemos ter um cuidado redobrado.” O Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) questionou porque é que os autocarros com mais de 20 anos continuam a transportar crianças se a idade limite são 16 anos. A Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho fez a seguinte intervenção: “Esta alteração vem no sentido destas duas carrinhas assinaladas com asterisco serem carrinhas retiradas de transportes escolares precisamente porque atingiram os 16 anos. No entanto, elas ainda têm condições para fazer transportes, nomeadamente associações desportivas, culturais, etc. E nós não querendo pô-las de lado e não serem usadas e, uma vez que muitas destas associações solicitam muitas vezes transporte e elas estão em boas condições ainda, até porque disse o senhor Presidente da Junta de Vila Maior, há autocarros de empresas que têm vinte e tal anos, nós vamos pô-las disponíveis para as associações por metade do preço que praticamos para aquelas que estão dentro dos transportes escolares. Nós, atentos à segurança das crianças, era uma coisa que me preocupava muito quando entrei para a Câmara, renovámos a frota automóvel, comprámos três carrinhas este ano, precisamente para, de ano para ano, irmos tentando renovar e não deixarmos atingir este limite de 16 anos. O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “Ainda respondendo ao senhor Presidente de Junta de Vila Maior, a Câmara Municipal tem um estatuto diferente dos transportes públicos, eles podem ter mais anos, inclusive até podem transportar as crianças de pé. Completando ainda aquilo que disse a senhora Vereadora, a Câmara comprou já três carrinhas de nove lugares e também comprou uma carrinha de vinte e tal lugares. Esta Câmara está preocupada com o transporte das crianças, com a aquisição dessas viaturas e, provavelmente ainda este ano iremos adquirir mais, ao contrário daquilo que aconteceu o ano passado.” Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.8 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DA ESTÂNCIA TERMAL”; --

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.9 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS”;-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título -----

3.10 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL DO ANO DE 2014”; -----

O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) parabenizou o executivo por ser tão claro e transparente nos documentos apresentados. Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.11 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO MONTANTE MÁXIMO DE 650 MIL EUROS”; -----

O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) questionou a razão de efetuar um empréstimo se foi reduzido 3 milhões de euros na dívida. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) fez a seguinte intervenção: “Senhor deputado Mário Almeida, quando Vª Ex.ª tiver oportunidade e espero que a tenha, de integrar um executivo camarário, perceberá a lógica de um pedido de empréstimo desta natureza. Isto mexe com o orçamento geral do Estado e as transferências do Estado para as autarquias que não começam a acontecer no dia 1 de cada ano, só mais tarde e as autarquias precisam de oxigénio para respirar entretanto, enquanto não começam as transferências do Estado para as Câmaras. Em relação a esse ponto, só quero congratular-me com a evolução dos valores porque todas as Câmaras sempre recorreram a este expediente em final do ano para fazer face às dificuldades de tesouraria no início do ano seguinte. E assim vai continuar a ser, não tenha ilusões. Em relação a S. Pedro do Sul, folgo em saber que de 800.000€ em 2013, a Câmara baixou para 700.000€ em 2014 e baixa agora para 2015 para 650.000€, o que quer dizer que há aqui uma preocupação muito séria com a gestão dos dinheiros do Município.” O Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD) fez a seguinte intervenção: “Sobre este tema, tenho de dizer o seguinte: já ando aqui há uns anos nesta vida política e de facto houve apenas um ano, foi na Câmara anterior, que não foi solicitado este empréstimo a curto prazo. A explicação sempre apresentada é para fazer face, é o atraso nos pagamentos duodecimais e para fazer face aos pagamentos do ano seguinte e, como o colega deputado Mário Almeida disse, como em nossas casas, uma boa gestão deve ser feita de modo a que tenhamos o orçamento equilibrado ao longo do ano. Aceito, eventualmente, alguma razão lógica deste executivo porque de facto hoje os juros a curto prazo são, de certeza absoluta, mais baratos do que alguns empréstimos anteriores. Só aí é que pode ter lógica ter pago algumas dívidas anteriores e ir agora contrair um novo empréstimo, caso contrário, não tem razão. A gestão deve ser feita ao longo do tempo. Eu vou votar contra porque sempre considerei que isto é uma gestão não equilibrada ao longo do tempo.” O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “Eu quando esperava que a Câmara Municipal recebesse um louvor por trazermos aqui mais uma baixa de 50.000€, até oíçodizer que se vai votar contra por causa deste empréstimo. Eu fico pasmado porque o Dr. Mário é licenciado, o Eng.º Casais é engenheiro e tem de ser um indivíduo com o 12º ano que vos tem de vir aqui dar lições de economia? Lembro-me que o senhor todos os anos, enquanto deputado Municipal e com uma gestão do PSD, com valores muito mais elevados dos que estão aqui, o senhor votou sempre a favor. Não percebo a sua lógica. Agora porque uma Câmara trouxe, o ano passado menos 50.000€, este ano



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

traz menos 50.000€, muito menos do que aquilo que o senhor aprovou no ano passado, nós estamos a baixar os valores, o senhor vem aqui dizer com todo o desprante que vai votar contra? Eu fico abismado com a posição do PSD nesta Assembleia Municipal.” O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço fez a seguinte intervenção: “Como devem ter visto na proposta, este é um empréstimo de apoio à tesouraria. O dinheiro disponível é a liquidez no imediato. Recordo o seguinte: nós chegamos à Câmara em final de outubro e a minha primeira e grande preocupação foi que herdei um empréstimo de 900.000€, que tinha de pagar até ao final do ano sob pena de estar em incumprimento. Aqui é uma questão de tesouraria, o final do ano é a altura mais afritiva. Temos de pagar os vencimentos. Há um conjunto enorme de empréstimos de médio a longo prazo, cujas prestações vencem no final do ano. No mês de dezembro tínhamos compromissos que efetivamente tínhamos que pagar, na ordem dos 2 milhões de euros. Não se pode chegar ao executivo, como nós chegamos, herdar uma situação em que tínhamos de pagar logo 900.000€. Em termos de tesouraria, por muita dívida que se vá limpando, eu tive o cuidado de dizer que nós privilegiamos o pagamento a empresas locais para que a economia não ficasse ainda mais débil e que as empresas não ficassem em situação pior. Se eu não tivesse pago obviamente que se calhar não precisava de contrair este empréstimo. E não pagámos a todos mas nós fomos paulatinamente baixando este valor para que, e este empréstimo tem de ser pago até ao fim do ano, ele vá ser contraído em janeiro e em dezembro 2015 tenha que estar pago. O que nós estamos a fazer é, de ano para ano, ir reduzindo o valor até chegar a zero. Não nos peçam é para o liquidar de uma assentada. Quando chegámos tínhamos de pagar 900.000€ de empréstimo, 400.000€ de vencimentos, mais 400.000€ de juros, é uma questão meramente de tesouraria. Não quer dizer que no futuro e, como disse o Eng.º Casais e bem e, uma vez que a taxa de juro é baixa, no futuro havendo candidaturas aprovadas em que a Câmara Municipal tenha que pagar os 15% e para além disso os tenha que pagar antecipadamente para depois pedir o reembolso, tenha que contrair empréstimos para essas candidaturas, à semelhança do que foi feito no passado, nomeadamente com a regeneração urbana e com o Centro Escolar. Para já, a realidade é esta, vamos ver no futuro com o Quadro Comunitário.” A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com **1 voto contra** do Deputado Manuel Monteiro Casais (PSD), aprovar a Proposta de Contração de Empréstimo a Curto Prazo no montante máximo de 650 mil euros. --

3.12 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “TRANSIÇÃO DA GESTÃO DO SERVIÇO DE ÁGUAS DE CONSUMO HUMANO, DAS FREGUESIAS PARA O MUNICÍPIO”;-----

A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção: “O PSD apresenta uma proposta, já no início da discussão, solicitando ao senhor Presidente que a ponha em discussão e votação antes de avançar para uma eventual discussão do ponto. A transição da Gestão do Serviço de Águas das freguesias para o Município é um imperativo legal que merece o maior cuidado processual e exige uma atenção redobrada na negociação com as Juntas de Freguesia de modo a satisfazer todas as partes e a não causar melindres desnecessários. Por isso houve um prazo dilatado para que houvesse tempo para as devidas negociações, propostas e contra propostas e consequentes remunerações. Na última reunião do executivo, o senhor Vereador Francisco Matos, responsável por esta questão, garantiu que o protocolo da transferência da gestão do serviço de águas das freguesias em causa para a Câmara estava perfeitamente consensualizado com todas as Juntas de Freguesia, faltando



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apenas acertar pormenores que em nada afetava o referido protocolo. Com base nesta afirmação do senhor Vereador Francisco Matos, os Vereadores do PSD votaram favoravelmente a proposta apresentada pelo executivo. Tudo parecia correr às mil maravilhas, só faltava um pequeno grande pormenor. Afinal, pasme-se, não havia acordo com todas as Juntas. Confrontados com esta triste realidade, os Vereadores do PSD manifestaram a sua estranheza por tal facto ao senhor Presidente da Câmara, declarando a sua oposição à aprovação da sua deliberação em minuta enquanto a situação não fosse devidamente esclarecida. Ao que parece, até hoje não tiveram qualquer resposta. Para acrescentar a este festival, verifica-se que não há tempo útil para que os protocolos sejam apreciados pelas respetivas Assembleias de Freguesia, tal como a lei prevê antes de serem submetidos à Assembleia Municipal. Tivemos conhecimento que, em vésperas de Natal, o executivo reuniu com duas das Juntas de Freguesia em causa, deixando a terceira completamente pendurada, o que consideramos perfeitamente inaceitável. No meio daquilo que se nos apresenta uma trapalhada e um conjunto de enganos, ultrapassagens pela direita e eventuais ilegalidades, consideramos que a saída mais honrosa para o executivo será a retirada do ponto da Ordem de Trabalhos da presente sessão, que é o que propomos, de modo a permitir que o executivo encerre as negociações com as Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia possam analisar os protocolos antes de os mesmos serem objeto de apresentação por parte desta Assembleia Municipal.” O Deputado Municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) fez a seguinte intervenção: “Eu vinha pedir a retirada do ponto da Ordem de Trabalhos até este processo negocial estar concluído. Enviei no dia 22 de dezembro o pedido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao Presidente de Câmara porque competia à Câmara Municipal a retirada deste ponto mas também fiz esse forcing junto do senhor Presidente da Assembleia Municipal, que me respondeu a dizer que não podia retirar por causa de uma questão de tempo. Aquilo que eu peço ao senhor Presidente de Câmara e da Assembleia Municipal é uma ponderação e reflexão neste ponto. É um assunto de extrema importância para as freguesias envolvidas. O pedido de retirada desse ponto da Ordem de Trabalhos tem como base a forma como este processo foi conduzido, pelo que existem uma série de pressupostos legais e formais que têm de ser clarificados. Até à presente data não existe qualquer acordo consumado entre o Município de S. Pedro do Sul para a transição da gestão de serviços de água. Houve sim reuniões informais com uma base de entendimento a alguns pontos, faltando todavia acordar outros pontos de extrema importância, sendo que não se pode apreciar e votar um protocolo quando não existe um acordo de ambas as partes. Um acordo não é uma imposição. Foi alertado o Município, desde o início, para a urgência de um processo negociável e o protocolo teria obrigatoriamente que ir à Assembleia de Freguesia. Também é o mesmo entendimento da CCDDR que emitiu parecer para a mesma obrigatoriedade. Uma coisa é a presente transição que deriva de uma obrigatoriedade da lei e outra coisa é como decorre essa transição. A mesma foi definida pela celebração de um protocolo entre o Município e as freguesias envolvidas, o que implica a perda dos direitos patrimoniais e financeiros e a assunção de obrigações, o que não pode ser subtraída de forma alguma a sua discussão em Assembleia de Freguesia, conforme o art. 9º no n.º 1 das alíneas e) g) e m) e n.º 2 das alíneas b) i) e j) da lei 75, estabelece o regime jurídico das autarquias locais. A Assembleia Municipal vai-se pronunciar sobre um protocolo que não foi a nenhuma das Assembleias de Freguesia aqui envolvidas para esta transição? O presente DL da transição 194/2009 não define o critério sobre como é feita

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

esta transição. Depois, as reuniões de negociação deviam ter sido em conjunto com todas as freguesias envolvidas existindo assim um tratamento igual para todos e aquilo que eu exijo para a freguesia de Sul, havendo assim transparência total neste processo negocial. Foi-me apresentado um protocolo sem qualquer salvaguarda, comunicando que as demais questões constariam de um anexo, que se teria tornado público após a sua assinatura. Pergunto, qual a validade do mesmo sem que tenha sido aprovado em reunião do executivo? O porquê deste anexo ou adenda quando deviam constar no conteúdo do protocolo? Será um negócio empacotado? Qual a sua legalidade? Vai esta Assembleia aprovar um protocolo incompleto? O porquê deste assunto ter sido levado a discussão e votação em reunião pública da Câmara Municipal sem que tenha sido avisado ou convocado para o efeito como parte envolvida neste processo? Porquê de só ter sido confrontado depois da deliberação já votada? Esta discussão não exigiria a nossa presença, bem como a participação do público interessado na mesma, visto ser um assunto de extrema importância? Realço para as comunicações enviadas ao Município sobre o processo negocial que nunca careceram de resposta. O porquê, depois de eu ter telefonado a avisar no dia 21/12/2014 que iria pedir a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos e terem sido chamados, logo no dia seguinte, dia 22, algumas das Juntas de Freguesia para negociar o anexo ou adenda? Chamam a isto transparência negocial? Qual é o critério para estas negociações? Quanto ao teor do protocolo não estão em condições de garantir nesta sessão ordinária, o senhor Presidente de Câmara e os senhores deputados municipais, a Junta de Freguesia de Sul continua a ser detentora do património de serviço de água, nascentes, furos, reservatórios, bombas, sistema de tratamentos, rede de distribuição, condutas, contadores de água e outros? Garantem a concretização de contrapartidas, tais como rendimento? Alguém me explica o que é este rendimento? O envio do duodécimo da receita até ao dia 15 de cada mês, qual a sanção para o não cumprimento? Entre outros pontos que são de extrema importância e pouco transparentes no protocolo apresentado. O mail do senhor Vereador no dia 22/12/2014 refere o seguinte na parte final: “por este ligeiro atraso na elaboração e redação do protocolo, apresento as minhas desculpas”. Não é da minha responsabilidade este atraso neste processo negocial. O que eu venho aqui propor é a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos até o processo negocial estar concluído com a obrigatoriedade da participação dos eleitos locais, em especial da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia.” O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) fez a seguinte intervenção: “Não sou jurista nem pretendo sequer rivalizar com os ditos mas há qualquer coisa aqui que me escapa e será bom que a digníssima Câmara também ajude esclarecer isto. Contudo, lendo o art. 78º do DL 194/2009, ao ponto 1 diz: “os Municípios (estamos a falar de agosto 2009) devem assegurar a progressiva extinção num prazo máximo de cinco anos”. Saltei aqui algumas palavras intermédias e transcrevi apenas o essencial. Ponto 2: “até à regularização no n.º anterior devem as Juntas de Freguesia aplicar aos utilizadores finais, tarifários idênticos aos aprovados para o Município respetivo”. Isto é, nesta altura do campeonato, portanto cinco anos volvidos, no verão deste ano, já as Juntas de Freguesia visadas deveriam estar a praticar a tabela que a Câmara Municipal pratica. O preço que eu pago por cada m3 de água consumida em minha casa, felizmente tenho acesso à rede, embora também tenha água minha, privada, é substancialmente superior ao que pagam os nossos amigos e conterrâneos que têm acesso a estas redes cedidas pela Junta de Freguesia. Há aqui uma questão também de base, que é uma questão de justiça relativa ou comparativa entre nós

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

sampedrenses. Nesta altura do campeonato, as Juntas já teriam que estar a praticar a mesma tabela da Câmara. O senhor Presidente da Junta de Sul acabou de me entregar um documento que vem da CCRD de Coimbra e que diz a dado passo assim: “Daí que a Junta de Freguesia não tenha que solicitar à Assembleia de Freguesia qualquer autorização para a transferência de gestão, apenas deve dar conhecimento de tal transferência”. Dá-me a ideia que este documento que temos aqui em apreciação, na minha opinião, é um modelo de protocolo e parece-me que é possível negociar, caso a caso, particularidades de cada um dos casos, pareceu-me que é possível isso. Se é verdade que as Juntas têm que levar às Assembleias de Freguesia a transferência de competências na gestão dos sistemas, parece-me que isto não tem que ser à anteriori. A Assembleia de Freguesia não tem que se pronunciar à anteriori mas mais como tomada de conhecimento. Diz mais abaixo neste documento, terá que se pronunciar, mas à posteriori. O que me parece é que, estando a Câmara Municipal obrigada a cumprir o legislado e nós também, eu acho que o prazo está expirado e, se o processo não foi ainda resolvido, a responsabilidade deve ser assacada quem não quis resolver, a quem quis adiar. Gostaria que a Câmara desse aqui alguma luz, há aqui um ponto na proposta de protocolo, ponto 6.2, no que se refere às ampliações de rede, prolongamento de ramais, há aqui uma parte que pode e deve ser retirada senão eu acho que as Juntas de Freguesia sairão prejudicadas e pode ser uniformizado aqui o padrão de relação entre a Câmara e a Junta respetiva. No ponto 62 diz: “serão igualmente suportados pelo Município quaisquer alargamentos de rede, respetivos custos com materiais e contadores a aplicar. As receitas decorrentes dos contratos celebrados na sequência do alargamento da rede, serão integralmente municipais. Para as novas situações, aqui nesta versão, o que é proposto pela Câmara é que os rendimentos dessas novas situações revertam totalmente a favor da Câmara Municipal. Dentro do espírito de coerência face ao documento, é que também estas extensões devem ficar sob o controlo da Junta de Freguesia para que, enfim, haja a tal coerência a que me refiro aqui, não podendo nós mexer/alterar esse documento porque é uma proposta do executivo, o que eu alvitava era que sugeríssemos para a Câmara retirar esta parte final do ponto e terminasse no termo a aplicar.” O Deputado Municipal António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD) fez a seguinte intervenção: “Como a lei 194 foi uma lei imposta por um senhor que, neste momento, está a ter graves problemas com a justiça e que se calhar pensou em globalizar a água para depois vender aos chineses! Tenho aqui a palavra do Dr. Matos, tentei chegar a um acordo e o Dr. Matos disse: “não há problema, nós na Assembleia pedimos para retirar a receita decorrente dos contratos celebrados na sequência do alargamento de rede”. E ele disse que era retirado. E depois fez uma adenda com a União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões. Nós fizemos uma proposta, ele disse que estava quase tudo bem, referente a essa situação do acordo, quando foi a reunião de Câmara ainda não havia acordo mesmo, não sei o que é que o Dr. Matos disse mas não havia acordo. Havia já algumas alíneas concluídas. O Dr. Matos garantiu-me que a adenda que nós íamos fazer e que ficou gravado aquilo que disse na reunião de Câmara, que a adenda servia para juntar ao protocolo. Agora se tem legitimidade, mas se não tem legitimidade neste momento agora para retirar a receita corrente, portanto eu também quero a suspensão do ponto. Se isto não pode ser decidido já hoje, vamos fazer uma reunião extraordinária da Câmara e acho que primeiros nós devíamos levar à Assembleia de Freguesia, até já tenho uma marcada para o dia 9 de janeiro para auscultar também o povo de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

Santa Cruz da Trapa.” O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) fez a seguinte intervenção: “Isto é uma questão que já fez correr muita tinta, realmente a lei vem de 2009, é uma imposição que nós não queríamos, falo pelo menos da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, não queríamos que esta situação ocorresse. Aquela situação da transição realmente foi um imperativo que estava na lei no art. 78º. Contudo na freguesia de Carvalhais ainda enquanto Presidente de Junta de Carvalhais extinta, levei o caso à Assembleia e foi por nós proposto e foi aprovado em Assembleia não alterar os tarifários uma vez que não queríamos que a população corresse esse ónus de estar a pagar mais por uma coisa que, comunitariamente as pessoas pensam que é delas. As águas são situações que nascem em baldios, no caso de Carvalhais, as nascentes são de baldios ou adquiridas pela Junta e há um caso particular que é de herdeiros. Em Candal elas nascem todas em baldios e por isso não quisemos estar aqui a incrementar mais despesa até ao limite da transição. Também com essa diferença de tarifário é que a Câmara também vai conseguir gerir esta situação, de forma a poder acordar aquilo que estamos a acordar. Há uma diferença de tarifário que a Câmara vai receber, ao fim e ao cabo essa diferença e com isso consegue assegurar, para minimizar estas situações que podem decorrer da aplicação desta lei. A Junta de Freguesia de Carvalhais, de boa-fé negociou estes acordos e damos a cara por isso. Não estamos aqui a virar o bico ao prego, a situação é para avançar e a Câmara Municipal, a meu ver esteve bem e espero que continue bem até ao final do processo, porque deu conta desta situação que também, até em termos políticos era prejudicial para os decisores, que somos nós. Em termos daquela alteração do ponto 6.2, sou completamente de acordo, já o manifestei ao Dr. Matos. Mas havendo alteração ao protocolo eu queria que fosse ressalvada aqui também a introdução de um ponto, eventualmente na primeira cláusula, que seria que ficasse definido no protocolo que a posse e/ou responsabilidade de origens da água, utilizados no serviço de abastecimento público, ficassem nos baldios ou nas Juntas de Freguesia. Isso era conveniente ficasse expressamente também definido em sede de protocolo.” O Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD) fez a seguinte intervenção: “Sobre esta matéria a lei de facto é incisiva, não dá razão para fugir. No entanto consegue que seja aqui analisada uma situação porque diz que nem é gestora dos serviços e módulos de gestão, um deles é concessão do serviço e eu propunha à Câmara Municipal que analisasse essa hipótese, porquanto pelo que eu estive a ler, o que é o concessionário do serviço, nada impede que a Junta de Freguesia seja a concessionária ou seja, que fosse analisada a hipótese da Junta ser concessionária do serviço de distribuição de água, é só este pormenor que a lei e o princípio que eu aprendi, apesar de não ser jurista, é que o que não é proibido, é permitido.” O Deputado André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PSD) fez a seguinte intervenção: “São apresentadas aqui várias propostas de retirada do ponto, de alteração do ponto. Convinha verem o Regimento. O ponto da Ordem de Trabalhos que foi isso que foi proposto, levanta dúvidas que esse ponto possa ser votado a retirada em sede de Câmara Municipal e tanto levanta dúvidas que não é uma questão despiciente de um assunto ou outro. Não encontro no Regimento a possibilidade da retirada do ponto e teremos que recorrer à Lei das Autarquias Locais. É clara, no seu art.º 25, no n.º 3, em dizer que não podem ser alteradas em Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara referidas nas alíneas a) e m) do n.º 1 da alínea l) do número anterior. E justamente a alínea a) do número anterior diz o seguinte: “Compete à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal aprovar a criação ou



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reorganização dos serviços municipais e a estrutura orgânica dos serviços municipalizados. Será contudo discutível se isto poderá ou não estar aqui incluído mas isso levantará dúvidas e portanto eu acho que seria incoerente votar-se uma coisa que não é clara, que se pode ou não ser votada hoje. Talvez propor-se uma suspensão deste ponto ou uma nova discussão mas não estar a votar uma coisa que pode ser ilegal.” O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “Primeiro ponto e isto para ser muito rápido, a Câmara não retira este Ponto. Este assunto tem de ser resolvido até ao dia 31 de dezembro. Como são assuntos polémicos, interessa a algumas pessoas e interessou no passado, ir adiando este assunto. Mas a lei diz que o assunto tem de ser resolvido até 31 de dezembro e é isto que nós temos de fazer. Hoje são 28 ou 29, o assunto tem que ser resolvido. Infelizmente S. Pedro do Sul, continua a ser um atraso nalgumas situações, é o único concelho do distrito em que as águas estão entregues às Juntas de Freguesia, algumas freguesias. Não existe concelho nenhum no nosso distrito em que isto aconteça e é dos poucos concelhos ao nível nacional onde isto acontece. Infelizmente, ao fim de 5 anos, em que ninguém resolveu o assunto porque não interessava a ninguém resolver, porque são assuntos polémicos, eu posso dizer-vos que isto não interessa à Câmara Municipal, assim como não interessa às Juntas. Este assunto politicamente retira votos a possíveis candidatos daqui a 3 anos. É um assunto que não interessa a ninguém mas é um assunto que tem de ser resolvido, como outros que esta Câmara resolveu. Este protocolo senhor deputado, a forma legal está a ser tratada e foi isso que foi tratado, se o senhor entende que não está a ser tratado de uma forma legal, mete uma providência cautelar, mete um processo em tribunal contra a resolução. O assunto tem que ser resolvido, se o assunto hoje tem aqui o ponto 6.2 ou um outro ponto qualquer que poderá não estar muito bem, eu não tenho problemas nenhuns em levar a uma próxima reunião de Câmara a alteração a qualquer ponto. Agora não pode ser aqui nesta Assembleia mudarmos os pontos. Não tenho problemas em proceder dessa forma. Os assuntos têm que ser resolvidos e não é chutando para a frente. Há aqui Juntas que não lhes interessa politicamente fazer a entrega à Câmara e é bom que isto se diga, o assunto já se anda a arrastar há muito tempo. É uma lei que já existe há 5 anos, as Juntas já tiveram hipótese de pôr os tarifários ao preço do Município, não o fizeram, tiveram muito tempo para isso e a situação vai-se prorrogando, vai-se adiando. Não gostei de uma palavra que a Dr.^a Ester disse há pouco, que isto era um festival, nós estamos a trabalhar isto de uma forma séria, como pode compreender não é fácil resolver este problema, nem para nós nem para as Juntas. Temos de estar todos aqui a trabalhar no mesmo sentido, todos de boa-fé a tentar resolver o assunto. Não me venha dizer que isto é um festival, é um assunto delicado e complicado que vai mexer com a vida das pessoas, não pode ser tratado de ânimo leve. O senhor Vereador Matos teve o cuidado, há meses ou há semanas que anda a tratar deste assunto, os assuntos de cada freguesia são todos diferentes de freguesia para freguesia, é por isso que há um protocolo e depois há uma adenda porque as situações são todas diferentes e nessa adenda têm que ficar especificadas as diferenças, não pode ficar no protocolo geral.” O Vereador Francisco José de Matos fez a seguinte intervenção: “É pena o poeta António Aleixo não estar aqui ao vivo senão ele diria com certeza “a mentira para ser segura e atingir profundidade tem de trazer à mistura qualquer coisa de verdade”. Realmente foram ditas aqui muitas inverdades. Foi dita uma ou outra verdade que eu registo com muito agrado, principalmente a coragem das pessoas que negociaram de coração aberto porque isto como se diz no protocolo, é um protocolo que tem por base a boa-fé negocial entre instituições

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

democráticas. Tendo como fundamento o cumprimento da legislação que foi imposta pela lei nacional e atrás referida, não se pretende com este acordo o mínimo de prejuízo para as autarquias locais nem para os seus atuais trabalhadores, que assim podem garantir o seu posto de trabalho e auferirem rendimentos que, de outro modo, seriam difíceis de encontrar. Comecei este processo negocial e isto é um protocolo que pode ser aprovado e alterado em sede própria. Isto não é nenhum documento inaceitável, nem eu sou jurista para o fazer, e fui eu que o fiz. Portanto, é atacável mas que seja atacável, senhores deputados, com a verdade. A primeira reunião que eu tive com a Junta de Freguesia de Sul, foi no dia 20 de novembro de 2014. Aliás, foi enviada a ata a 20 de novembro de 2014 mas a primeira reunião foi no dia 16 de outubro e o senhor Presidente disse que não me poderia dizer nada sem antes consultar a Assembleia de Freguesia. Estou à espera portanto, escusa de me vir para aqui dizer que negocieei no dia tal com a, b, c ... porque podia ter negociado consigo logo a partir do dia 20 de novembro, logo que tivesse feito a reunião com a Assembleia de Freguesia que eu sei que fez. Obviamente as forças estão lá todas representadas e nós não andamos aqui em arcas e encoiradas, como dizia meu pai. É um processo que tem que ser transparente, que nos obriga a cumprir a lei e não vamos atacar quem fez a lei. Quem a fez, fê-la mas já houve 4 anos para a emendar e ninguém a emendou e a República tem estado aberta para todos os trabalhos de emendas e outras coisas e novas leis. Sendo isto um processo de boa-fé, não sei porque é que estamos aqui a arranjar tempestades em copos de água, correndo ainda embora o risco de estar a estragar a água que é um bem precioso. Sendo isto um processo de boa-fé e sendo isto um protocolo de transição de serviço de água, protocolo genérico, que pode ser alterado porque quem o aprovou foi a Câmara Municipal. A minha proposta seria de que a Assembleia Municipal poderia votar e aprovar a proposta e as deficiências que houver, que forem votadas, no próximo dia 9 há uma reunião de Câmara, elas poderiam ser discutidas e com certeza aprovadas e depois seriam outra vez remetidas à Assembleia Municipal. Somos órgãos democráticos assim como as Juntas, com uma diferença. Enquanto a Câmara tem que enviar para as Assembleias Municipais e muito bem, para controlo da sua própria gestão, os documentos, neste caso senhor Presidente de Junta não é preciso a aprovação da Assembleia de Freguesia, é só conhecimento à Assembleia de Freguesia.” O Deputado Municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) fez a seguinte intervenção: “Em resposta ao Dr. Matos, nós reunimos no dia 16 de outubro, o senhor Vereador pediu-me para lhe mandar um e-mail com um resumo da reunião, ao qual me iria responder. Chegou-me a responder? Não respondeu. Eu para levar à Assembleia de Freguesia propus foi informação e discussão porque eu nunca podia levar um documento à Assembleia do qual eu não tinha uma proposta. Está-se a findar o prazo para a resolução deste problema mas há a parte legal e está aí o parecer da CCDR que diz para a obrigatoriedade de passar pela Assembleia de Freguesia, o protocolo, não é a parte da transição. Eu também estou aqui de boa-fé para este processo legal. Aquilo que eu estou aqui a pedir é que as coisas sejam feitas de uma forma legal e formal porque o Presidente da República não vai promulgar uma lei sem ela antes passar pela Assembleia da República. Para responder ao meu conterrâneo e amigo que eu tanto estimo prof. Ferreira Gomes, se o protocolo vai a reunião de Câmara, é aprovado conforme está aqui, não vamos andar aqui a retirar e acrescentar alíneas. Proponho, na sequência daquilo que o Dr. André Matias disse, não foi a retirada, foi a suspensão do ponto e isto tem de ser restabelecido de forma legal e concreta. Porque depois este protocolo é o que vai vincular



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daqui para a frente. Resposta ao senhor Presidente de Câmara, acha que as águas estão mal entregues às Juntas de Freguesia? Quando nós temos uma taxa de cobertura de quase 100% e o Município no concelho de S. Pedro do Sul só cobre 60%? Agora isto é uma situação decorrente da lei e eu estou aqui de boa-fé, quero ter um tratamento igual às outras freguesias.” O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) fez a seguinte intervenção: “Penso que o que a lei pôs em causa não foi propriamente os casos específicos das Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul, tanto Santa Cruz da Trapa como Sul, Carvalhais, sempre deram o seu melhor e sempre cumpriram as suas regulamentações e as indicações legais para a gestão da água. Não foi isso que esteve na base da lei mas eventualmente uma futura privatização, ao contrário da EDP. Para a freguesia de Carvalhais/Candal não há problema nenhum votar o protocolo como está, temos aqui um machado a cair no dia 31 de dezembro e, a partir daí a situação estará ilegal em ambas as partes, nas Juntas de Freguesia e nas Câmaras Municipais. E a ERSAR não nos deixa que façamos mais controle de qualidade da água. A entidade reguladora não permite isso. Desde que haja aqui uma garantia assumida pelo senhor Presidente da Câmara que o protocolo será ratificado e rectificado no ponto 6.2, de acordo com aquilo que cá foi dito e desde que haja a introdução daquele que eu propus, que é salvaguardar a posse e a responsabilidade das nascentes em nome da Junta e/ou dos baldios, não vejo problema votarmos o ponto favoravelmente.” O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) fez a seguinte intervenção: “Só para responder ao meu amigo Luís Teixeira, que este Decreto-Lei é da autoria dos governos, o Decreto foi também assinado pelo Presidente da República. Deixemos as pessoas em paz e não misturemos as coisas e muito menos deixemos as provocações de lado. Em relação a esta questão o que eu tenho a dizer é que se este ponto foi incluído na Ordem de Trabalhos, foi por proposta da Câmara. A quem compete a retirada, ou não, é ao executivo. O senhor Presidente da Câmara já disse que não retirava, só há que dar andamento ao assunto. Pessoalmente não tenho problema nenhum em votar o documento e mesmo que fosse Presidente da Junta visada também não teria esse problema dada a abertura que já foi manifestada. A proposta que trago aqui é votar este documento e recomendar à Câmara a alteração do Ponto 6.2, amputando este ponto das duas linhas finais, da última linha e metade da penúltima. Em relação à questão que o senhor Presidente da Junta de Carvalhais traz também não vejo inconveniente, a menos que haja problema do ponto de vista jurídico.” O Deputado Municipal António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) fez a seguinte intervenção: “Queria só deixar aqui frisado que nós pedimos parecer à CCDRC e diz assim: “contudo e uma vez que o diploma nada estipula contra a forma e transferência de gestão e pressupondo que será celebrado contrato interadministrativo para a concretização desta transferência do qual resultará direitos e obrigações das partes entendemos que tal contrato e se os termos a existir, frise-se, deve ser sujeito à deliberação da Assembleia de Freguesia”. A adenda que nós temos com o Dr. Matos tem que ir à Assembleia de Freguesia. Quero também recalcar as palavras do meu colega de bancada, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais/Candal, retirar o 6.2, essa parte e também salvaguardar as nascentes para a freguesia.” O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “Concordo em absoluto com o que disse o José Carlos, Presidente de Carvalhais/Candal e de Santa Cruz da Trapa, iremos votar este ponto com a condição de, durante o mês de janeiro, num curto espaço de tempo, vocês em conjunto com o Dr. Matos,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tentarem chegar a um acordo sobre este ponto e não há mais dúvidas sobre isso. Estamos todos de boa-fé, é interesse vosso, vamos todos chegar a um consenso entre todas as partes. A proposta que eu peço, aprovar esta nestes termos e vocês depois reúnem-se logo nos primeiros dias de janeiro, no sentido de alterar esse ponto. “A Assembleia Municipal deliberou por **maioria**, com **20 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), **11 votos contra** dos deputados Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) e **2 abstenções** dos deputados José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), e aprovar a Proposta referida em epígrafe. A **Bancada do PSD** apresentou a seguinte Declaração de Voto:” O Grupo Parlamentar do PSD votou contra a proposta apresentada pelo executivo com base nos seguintes pressupostos. Constatação de falhas processuais e também que a Câmara Municipal persiste no erro numa atitude de arrogância e sem humildade democrática. É patente a ilegalidade do processo dado que as Assembleias de Freguesia não analisaram o protocolo antes de o mesmo documento ter sido submetido a esta Assembleia Municipal. Não pode o PSD ser conivente nesta Assembleia Municipal numa deliberação que se sabe não ter seguido os procedimentos legais. Considera o PSD que os Vereadores que representam esta força política no executivo foram não só enganados pela afirmação do senhor Vereador Francisco Matos na última reunião da Câmara mas também desrespeitados na medida em que não obtiveram resposta à sua manifestação de estranheza, o que é perfeitamente inaceitável. Verifica-se que o executivo agiu discriminatoriamente relativamente aos Presidentes de Junta, situação que para nós é totalmente reprovável e que merece o nosso veemente protesto. Sendo o PSD a favor da legalidade do processo e dado que a votação desta sessão está, no nosso entender, ferida de legalidade pelos argumentos já aduzidos, o Grupo Parlamentar irá analisar esta situação com a devida atenção

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

com o intuito de decidir posteriormente a sua posição. Por último, salvaguarda e respeita o PSD a posição dos senhores Presidentes de Junta que completaram as suas negociações com o executivo e que votaram de acordo com a sua consciência, atentos os interesses da freguesia que representam.” -----

3.7-ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUPLENTE PARA PARTICIPAÇÃO NO XXII CONGRESSO DA ANMP; -----

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou proposta escrita, nos seguintes termos, passando a constar como Lista A para efeitos de votação:

- Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (efetivo);
- António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (suplente).

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou proposta escrita nos seguintes termos, passando a constar como Lista B para efeitos de votação:

- António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix(efetivo);
- José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (suplente).

De seguida passou-se à votação das propostas apresentadas, por escrutínio secreto, tendo-se verificado a seguinte votação:

- Lista A – 19 (dezanove) votos
- Lista B – 13 (treze) votos
- Branco – 1 (um) voto

Perante a votação, ficaram eleitos para representantes das Juntas de Freguesia para participação no XXII Congresso da ANMP:

- Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (efetivo) e António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (suplente). -----

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação, em minuta, do ponto 3.2 ao ponto 3.4 e do ponto 3.6 ao ponto 3.13, tendo os membros da Assembleia Municipal concordado, por unanimidade.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 15h30, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Presidente e pelos Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,